



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MAYNA GABRIELLA DA COSTA KAVALERSKI

**SEGURANÇA ALIMENTAR: A VOLTA DO BRASIL AO MAPA DA FOME E A
MISÉRIA COMO REFLEXO DA DESCONTINUAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
NOS GOVERNOS TEMER À BOLSONARO**

Porto Nacional, TO

2023

Mayna Gabriella da Costa Kavalerski

**Segurança Alimentar: A volta do Brasil ao mapa da fome e a miséria como reflexo da
descontinuação de políticas públicas nos governos Temer à Bolsonaro.**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Porto Nacional para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora Profa. Dra. Fabiana Scoleso

Porto Nacional, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

G118s Gabriella da Costa Kavalerski, Mayna.

Segurança Alimentar: A volta do Brasil ao mapa da fome e a miséria como reflexo da descontinuação de políticas públicas nos governos Temer à Bolsonaro.. / Mayna Gabriella da Costa Kavalerski. – Porto Nacional, TO, 2023.

79 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2023.

Orientador: Fabiana Scoleso

1. Fome. 2. Segurança Alimentar. 3. Políticas Públicas. 4. Relações Internacionais. I. Título

CDD 320

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Mayna Gabriella da Costa Kavalerski

**Segurança Alimentar: A volta do Brasil ao Mapa da Fome e a Miséria como Reflexo da
Descontinuação de Políticas Públicas nos Governos Temer à Bolsonaro.**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais foi avaliada para a obtenção do título de Bacharel e aprovada (o) em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 29 / 11 / 2023

Banca Examinadora

Profª. Dra. Fabiana Scoleso, UFT

Prof. Dr. Fernando Furquim de Camargo, UFT

Prof. Me. Leandro Rodrigues Lopes, UFT

*“Fome e guerra não obedecem a qualquer lei natural,
são criações humanas.”*

Josué de Castro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a minha mãe, que sempre lutou e se sacrificou para que eu tivesse condições dignas para estudar. Passamos por muitas dificuldades juntas e graças a ela seguimos em frente. Obrigada, mãe!

Agradeço a minha orientadora, que foi essencial no meu processo de escrita e elaboração, sou imensamente grata pelo apoio e pelo acolhimento em todo meu processo de elaboração do trabalho de conclusão de curso.

Um obrigada ao meu namorado e sua família por me acolherem, aconselharem e incentivarem para que eu não desistisse da minha jornada acadêmica.

Aos meus familiares, Tios que me acolheram em suas casas, nunca deixaram faltar nada, que sempre se disponibilizaram para me buscar nas estações, pontos de ônibus, depois de um longo trajeto de volta para casa.

À minha querida avó pelas orações diárias e ajuda. Ao meu pai por toda ajuda durante todos esses anos. Obrigada a todos.

Agradeço a minha amiga Carla, por ter me apoiado e ter ficado do meu lado durante toda a faculdade. As minhas amigas que mesmo de longe me apoiaram e incentivaram, mesmo querendo desistir, me deram os melhores conselhos possíveis que alguém poderia ter e me ouviram acima de tudo. Obrigada, por terem tornado os momentos difíceis mais suportáveis, e os bons momentos em memoráveis.

E por último, ao seu Zé da Nacional que sempre nos ajudou como alunas, sempre comprou passes para seus alunos, sem ter obrigação nenhuma, que Deus possa lhe retribuir em dobro toda bondade e ajuda. E aos amigos que disponibilizaram carona, durante todo esse período.

Terei eterna gratidão, carinho e saudades!

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a Segurança Alimentar: A Volta Do Brasil Ao Mapa Da Fome e a Miséria como Reflexo da Descontinuação de Políticas Públicas nos Governos Temer à Bolsonaro. O referencial teórico utilizado é a teoria Marxista, que analisa a determinação ontológica da realidade social, em que este desenvolvido por Marx, implica em uma posição ético-política de superação das contradições capitalistas. A análise justifica a importância das Relações Internacionais na compreensão e enfrentamento do problema, e aborda o histórico das políticas de combate à fome no Brasil, desde os governos progressistas até a atualidade, evidenciando a volta do país ao Mapa da Fome, a influência do capitalismo neoliberal e suas consequências nas políticas alimentares, além de evidenciar o aumento da desigualdade e da pobreza devido à descontinuação de políticas públicas essenciais para alimentação e nutrição. A metodologia utilizada é a qualitativa e descritiva, explorando aspectos históricos, políticos e sociais, com abordagem teórica, recorte transversal com perspectiva longitudinal e fundamentada em dados secundários. Dessa forma, os principais resultados mostram as contradições existentes no sistema neoliberal, as desvalorização de políticas públicas de combate à fome, resultando na desigualdade e pobreza da população, a importância das Relações Internacionais, bem como o papel de organizações internacionais, a importância do direito à alimentação e o compromisso do Estado, na promoção de uma alimentação saudável para todos os cidadãos. O estudo auxilia na contribuição para o desenvolvimento de futuros trabalhos e destaca a importância de manter a análise da questão da fome como prioridade, especialmente nas Relações Internacionais.

Palavras-chaves: Fome. Segurança Alimentar. Políticas Públicas. Relações Internacionais. Descontinuidade.

ABSTRACT

This study aims to analyze Food Security: Brazil's Return to the Hunger Map and Misery as a Reflection of the Discontinuation of Public Policies in the Temer to Bolsonaro Governments. The theoretical framework used is Marxist theory, which analyzes the ontological determination of social reality, as developed by Marx, implying an ethical-political position of overcoming capitalist contradictions. The analysis justifies the importance of International Relations in understanding and tackling the problem, and addresses the history of policies to combat hunger in Brazil, from progressive governments to the present day, highlighting the country's return to the Hunger Map, the influence of neoliberal capitalism and its consequences on food policies, as well as highlighting the increase in inequality and poverty due to the discontinuation of essential public policies for food and nutrition. The methodology used is qualitative and descriptive, exploring historical, political and social aspects, with a theoretical approach, cross-sectional with a longitudinal perspective and based on secondary data. In this way, the main results show the contradictions that exist in the neoliberal system, the devaluation of public policies to combat hunger, resulting in inequality and poverty among the population, the importance of International Relations, as well as the role of international organizations, the importance of the right to food and the commitment of the State in promoting healthy food for all citizens. The study helps to contribute to the development of future work and highlights the importance of maintaining the analysis of the issue of hunger as a priority, especially in International Relations.

Key-words: Hunger. Food Security. Public Policy. International Relations. Discontinuity.

LISTA DE GRAFICO

Grafico 1. Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, segundo as categorias de renda familiar mensal per capita, Brasil. II VIGISAN – Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar e Covid-19, Brasil, p. 45, 2021/2022 (múltiplos de salário-mínimo per capita – SMPC).....	48
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
ECOSOC	Conselho Económico e Social das Nações Unidas
FAO	Food and Agriculture Organization
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFIs	Instituições Financeiras Internacionais
IIA	Instituto Internacional da Agricultura
IIA	Instituto Internacional da Agricultura
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIG	Organizações Intergovernamentais Internacionais
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGI	Organizações não Governamentais Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PENSSAN	Instituto Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Programa Mundial de Alimentos
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	17
1.2 Metodologia	19
2 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E A HISTÓRICA CONSTRUÇÃO DO DEBATE SOBRE A FOME: O PAPEL DA FAO, DO FIDA E DO PMA NO COMBATE À FOME.....	20
2.1 A Evolução Das Organizações Internacionais No Combate À Fome.....	21
2.2 O Papel Da Fao	23
2.3 O Fundo Internacional De Desenvolvimento Agrícola (Fida)	25
2.4 O Programa Mundial De Alimentos (PMA).....	27
2.5 Impacto Das Organizações Internacionais No Combate À Fome	28
2.6 Causas E Consequências Da Fome.....	31
3 POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS E A CONVERGÊNCIA COM O DEBATE INTERNACIONAL: FOME ZERO E BOLSA FAMÍLIA COMO POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUPERAÇÃO DA FOME NO BRASIL	37
3.1 Introdução Às Políticas Públicas De Superação Da Fome	38
3.2 Fome Zero: Origens, Objetivos E Estratégias.....	42
3.4 Bolsa Família: Um Programa De Transferência De Renda.....	46
3.4.1 Avaliação Do Impacto Do Fome Zero E Bolsa Família	48
3.4.2 A Evolução Das Políticas De Superação Da Fome No Brasil	50
3.5 O Contexto Internacional Das Políticas De Combate À Fome	51
4 DESCONTINUIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME E O REGRESSO DO MAPA DA FOME DA ONU: DE MICHEL TEMER A JAIR MESSIAS BOLSONARO	53
4.1 Desvalorização Das Políticas Públicas De Combate À Fome Nos Governos Temer eBolsonaro.....	55
4.2 Contradições Entre A Produtividade Do Agronegócio E A Persistência Da Fome NoBrasil	58
4.3 A Volta Do Brasil Ao Mapa Da Fome.....	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

“É fato que o acirramento do quadro de fome e de insegurança alimentar no Brasil está entre as mais graves heranças da pandemia. Mas não esqueçamos que a covid-19 alcançou o Brasil em abril de 2020, e dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já indicavam a volta da fome. Dois anos antes da pandemia, era possível notar que o país, que havia saído do Mapa da Fome das Nações Unidas em 2014, caminhava na contramão dessa agenda”.

Tereza Campello.

As questões referentes ao tema fome tornou-se, ao longo dos anos, uma luta incansável para ativistas e militantes de Direitos Humanos e Fundamentais, movimentos sociais nacionais e transnacionais e para aquelas e aqueles que estudam especificamente o conceito de insegurança alimentar.

Leva-se em consideração que abordar as contradições do Brasil, um país com significativa produção econômica e riqueza de recursos naturais é profundamente importante, pois ao contrário do que se imagina, viu-se que ainda há questões a serem discutidas em torno da problemática da fome. O território brasileiro, voltou a configurar novamente o mapa da fome durante o governo de Jair Bolsonaro, contraposição esta, mediante a produção de grãos e os altos níveis de exportação. Essa aparente contradição evidencia o quanto a tecnologia alcançou parâmetros notáveis em diversas áreas, e elevou a economia brasileira, tendo como pontos principais agricultura e exportação.

Além disso, apesar de todo o avanço, pode-se notar que houve aumento considerável na desigualdade e na pobreza, devido ao processo de descontinuação de políticas públicas imprescindíveis para uma boa alimentação e nutrição. Reacendeu-se assim o debate sobre políticas sociais e distribuição de renda para o combate à fome, o que não foi ampliado e acessado tanto nesse governo, quanto no anterior regido por Michel Temer. Logo, a mobilização e luta em torno desta problemática social tem sido constante com o objetivo de reverter as condições de insegurança alimentar e nutricional de milhões de pessoas espalhadas pelo mundo.

Diante ao exposto, de acordo com informações disponibilizadas no site da Nações Unidas - ONU News Perspectiva Global Reportagens Humanas e do Relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2022, lançado pela ONU, o número de pessoas

afetadas pela fome em todo o mundo subiu para 828 milhões em 2021, uma alta de cerca de 46 milhões desde 2020 e 150 milhões desde o início da pandemia de Covid-19¹. De acordo com os dados apresentados, a proporção de pessoas afetadas pela fome vinha praticamente inalterada desde 2015, próxima de 8% da população global.

Na edição de 2022, o relatório fornece novas evidências de que o mundo está se afastando, cada vez mais, de seu objetivo de acabar com a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição até 2030. O documento foi elaborado em parceria pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) Programa Mundial de Alimentos (PMA) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) usa a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para classificar o problema em três níveis:

- Insegurança alimentar leve - quando há receio de passar fome em um futuro próximo;
- Insegurança alimentar moderada - quando há restrição na quantidade de comida para a família;
- Insegurança alimentar grave - nos casos de falta de alimento na mesa².

Segundo esta escala de insegurança alimentar, a fome é definida como “privação alimentar”. Já a insegurança alimentar moderada é quando as pessoas enfrentam incertezas sobre sua capacidade de obter alimentos e foram forçadas a reduzir a qualidade ou quantidade de alimentos. A insegurança alimentar severa é quando as pessoas ficam sem comida por um ou mais dias.

De acordo com RUBIO BLANCA (2008) a fome se relaciona com a crise alimentar e má nutrição a uma nova ordem agroalimentar mundial que impacta diretamente no setor alimentício. Por assim dizer, mesmo com todos os avanços tecnológicos e científicos, nos

¹ Fome cresce no mundo e atinge 9,8% da população global”, 2022. Disponível em: [Fome cresce no mundo e atinge 9,8% da população global | ONU News](#)

² IBGE. **10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave | Agência de Notícias.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>.

setores agrícolas, produção de grãos e afins, ainda assim não são suficientes para findar o contexto da fome e firmar políticas públicas seguras para a alimentação em solo nacional e internacional.

Nesse sentido, vale ressaltar a importância das Relações Internacionais e suas perspectivas multidisciplinares, no qual, colabora para o desenvolvimento de políticas sociais e culturais, assim como explica a influência da globalização no sistema internacional.

Nessa perspectiva, o primeiro capítulo deste trabalho de conclusão de curso tem como objetivo observar o contexto histórico da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) como uma das Agências ONU que lidera esforços para a erradicação da fome e combate à pobreza, do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) como mais uma Agência ONU de importância histórica estabelecida em 1977 e criada na Conferência Mundial de Alimentação em 1974 em resposta à fome no Sahel³, e do Programa Mundial de Alimentos (PMA) como maior organização internacional humanitária que fornece assistência alimentar para as populações que se recuperam de conflitos, desastres e dos impactos das mudanças climáticas. Os debates no âmbito no internacional historicamente, tem ajudado na percepção do problema e de elaboração de políticas públicas como respostas imediatas nos estados-nação. Sistematizar essa trajetória alimentar e nutricional dos organismos internacionais nos ajuda a compreender os níveis de desigualdade social e insegurança alimentar que estarão sempre associados aos processos de avanços e descontinuações políticas e econômicas em alguns lugares e, a outros, por crises climáticas e guerras civis.

A discussão sobre o capitalismo e seu sistema de cariz neoliberal tem atuado diretamente na constante instabilidade presente nessas políticas desde o início da década de 1990 na América Latina. No início do século XXI novas e importantes mudanças nas dinâmicas governamentais, especialmente durante a vigência de governos progressistas no Brasil, as políticas públicas sobre alimentação e nutrição ganharam novo fôlego com a elaboração e implementação da Política Fome Zero, transformada mais tarde em Bolsa Família e que foi responsável pela saída de mais de 36 milhões de pessoas da linha da pobreza em 12 anos⁴. É sobre esta problemática que o capítulo 2 versará.

³ Na década de 70, no Sahel, sul do Saara, na África, ocorreu uma grande seca, que aliada à fragilização do solo, tornou inviável a agricultura, matando de fome meio milhão de pessoas. Após essa catástrofe foi realizada em Nairóbi, no Quênia, a Conferência Internacional das Nações Unidas para o Combate à Desertificação.... - Veja mais em [Desertificação: Causas e consequências do mau uso do solo - UOL Educação](#)

⁴ [Em 12 anos, Bolsa Família retirou 36 milhões de pessoas da pobreza extrema — Casa Civil \(www.gov.br\)](#)

Dadas as circunstâncias políticas e econômicas pós golpe institucional sobre a presidenta Dilma Rousseff, a crise alimentar ou escândalo da fome voltou a ser assunto no cenário brasileiro. Melhem Adas (1938), destaca a importância do exercício de pesquisa sobre o tema em específico, ao passo que reflete o passado e também conduz para pesquisas futuras correlacionados à problemática da fome. Assim, se dá por objetivo de recuperar a história das agências ONU que combatem a fome, analisar o período dos governos progressistas no Brasil onde as políticas para a alimentação foram implementadas e seus resultados rapidamente verificáveis e o período de desmonte destas mesmas políticas, o que levou o país a regressar ao mapa da fome da ONU.

Embora muitos esforços nacionais e internacionais tenham acontecido, o contexto da fome ainda precisa ser trazido em questão e se apresentado à sociedade científica e civil como uma condição a ser discutida. Brito e Batista (2021) descrevem que: "o fato da fome se torna recorrente no debate político, indica que as soluções encontradas não foram suficientes", concluindo a noção de que o flagelo da fome e as decisões políticas de descontinuação são responsáveis pela gravidade da situação de insegurança alimentar no Brasil. Logo, de que não será algo breve a ser solucionado, é necessário continuar implementando debates e compreender o desmonte das políticas públicas para a alimentação no Brasil que vão destoando das recomendações dos organismos internacionais já supracitados. Desta forma, o terceiro capítulo versará sobre a descontinuidade das políticas públicas de combate à fome no Brasil nos governos Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro e o regresso do país ao Mapa da Fome da ONU.

Diante o exposto, trazer a narrativa de Segurança Alimentar como um direito humano tornou-se um projeto de análise científica ao observar pessoas em situação de rua e em extrema pobreza revirando lixos para sua subsistência nas ruas de Palmas, capital do Tocantins. A miséria e o flagelo de homens, mulheres, crianças e idosos que passam fome ou vivem com muito pouco nos levou a considerar este tema como de relevância: a segurança alimentar no âmbito das relações internacionais e nos trouxe a necessidade de entender tais implicações na sociedade brasileira. Além do mais, a volta do Brasil ao mapa da fome, no qual é possível analisar as possíveis causas e relações que motivam a situação de milhares de famílias no país a se encontrarem em situação de miséria e má nutrição alimentar também se transformou em um motivo a mais para compreendermos como o Brasil, promotor da mais

importante política pública para alimentação reconhecido como modelo internacional⁵, retornou em tão pouco tempo, a condição de país vulnerável neste quesito.

Neste contexto, de acordo com (RUBIO BLANCA, 2008), pequenos agricultores é que poderão restabelecer o padrão de alimentação saudável a toda população, tendo em vista que grandes produtores rurais preferem exportar, a fornecer e produzir alimentos para a própria população.

A princípio, o Brasil é caracterizado pelo seu vasto território e bioma amazônico conhecido mundo afora por seu conjunto de ecossistemas florestais e hidrográficos, principalmente no que tange o fornecimento de matérias primas, essas exportadas a outros países. Posto isto, a forte repercussão do também desmonte a políticas ambientais, influenciam diretamente no fortalecimento do desmatamento, no que resulta na produção e exportação de carnes e grãos para que outros países possam se beneficiar, sucedendo a uma enorme cadeia de produção agropecuária, incapaz de findar a problemática da fome, mesmo com o aprimoramento de tecnologias e modernização, tendo um único propósito, o de ganho econômico.

Portanto, o estudo em torno da segurança/ insegurança alimentar: a volta do Brasil ao mapa da fome e a miséria como reflexo da descontinuação de políticas públicas no governo Temer à Bolsonaro, visa compreender o enfraquecimento das organizações públicas que permitem compreender a sociedade como um todo e sua natureza social, políticas estas, que evidenciam a consequência do flagelo da fome que ainda é muito presente, em torno a sociedade. O projeto busca colaborar com a ciência para pesquisas futuras e possíveis resoluções do problema alimentar, além de trazer um olhar mais crítico a este estudo dentro do parâmetro das relações internacionais, de modo a evidenciar as questões sociais como prioridade nas agendas políticas nacionais e internacionais.

Posto isso, garantir o direito básico à alimentação, é uma boa nutrição, tanto para crianças, jovens e adultos é essencial, tendo em vista que é um direito a ser cumprido pelo estado, organizações jurídicas ou governamentais. O projeto enfatiza essas instituições, bem como seus papéis na sociedade como um todo. Por fim, as principais contribuições deste

⁵ REDAÇÃO PRAGMATISMO. **52 países se inspiraram no modelo do Bolsa Família**. Disponível em: [52 países se inspiraram no modelo do Bolsa Família \(pragmatismopolitico.com.br\)](https://pragmatismopolitico.com.br)

estudo estão voltadas para o desenvolvimento em prol do fortalecimento de políticas públicas que promovam uma alimentação saudável e garantam esse direito a todos os cidadãos.

1.1 Fundamentação Teórica

A perspectiva teórica desta pesquisa está concentrada na teoria marxista que analisa a determinação ontológica da realidade social. Este estudo sobre o método marxiano compreende uma concepção científica vinculada à realidade social, que não apenas parte das relações sociais existentes, mas, também, à superação humana dos limites impostos pela sociedade de classes, da ordem burguesa. As categorias sob a lente marxiana representam a própria dinâmica da sociedade em que estão inseridas, numa relação recíproca determinada histórica e socialmente. Ou seja, a questão da fome e da miséria nutricional, estão associadas aos interesses de um Estado que tem historicamente representado os interesses das classes sociais mais ricas proporcionando políticas que ampliam seus ganhos e enriquecimento, enquanto parcela substantiva da população fica à mercê de políticas que não colaboram com suas condições de vida e existência. Há, logo de início, um aspecto objetivo da atividade humana, que visa produzir seus meios de vida na autoconstrução de si. Marx e Engels apontam que:

“Esta concepção da história repousa, portanto, sobre o seguinte: desenvolver o processo efetivo de produção partindo da produção material da vida imediata e tomar como base de toda história a forma de intercâmbio ligada com este modo de produção e engendrada por ele, logo a sociedade civil em seus diversos estágios, e tanto apresentá-la em sua ação como Estado quanto explicar a partir dela o conjunto das diversas produções teóricas e formas da consciência, religião, filosofia moral, etc., e seguir o seu processo de surgimento a partir dessas produções, onde naturalmente também se poderá apresentar a coisa em sua totalidade (e por isso também a ação destes diversos aspectos uns sobre os outros)”. (Marx & Engels, 1989a, p. 203-204)

O ponto de partida de Marx, para reconstruir o movimento do objeto no pensamento, corresponde ao mesmo processo histórico do desenvolvimento do objeto, que se inicia no mais simples e se eleva ao mais complexo. o conhecimento produzido pelo método materialista histórico-dialético, pressupõe o estudo ontológico do ser social, uma análise histórica do objeto concreto, para determinar suas categorias mais simples e mais complexas, numa relação dialética entre particularidade e universalidade, na determinação de suas mediações, visando compreender aparência e essência do objeto, revelando suas contradições,

com o objetivo de superá-las. O método em Marx é, sobretudo, uma posição ético-política de superação das contradições capitalistas.

A construção metodológica da imediatividade como idêntica à universalidade é parte do mecanismo de manutenção das relações capitalistas, enquanto o objetivo metodológico marxiano é promover um conhecimento concreto das determinações sociais inerentes à sociabilidade burguesa e conseqüente superação de todas as formas de exploração do capital. Para conservar sua dominação ideológica e social, as correntes filosóficas que representam o interesse burguês criticam a obra marxista essencialmente a partir do método, principalmente a partir do tripé ontológico das dimensões ontológica, histórica e dialética. Reduzem a práxis à mera apreensão técnica manipulatória, e a teoria constitui-se a partir da abstração especulativa e da particularidade isolada.

Teoria e metodologia na análise marxiana partem da realidade social para captar as múltiplas determinações, que se elevam na elaboração de um todo pensado que relaciona particularidade, singularidade e totalidade, apreendendo a essência e a aparência do objeto, com o objetivo de criticar as relações opressivas e contrárias e propor a transformação das relações sociais. A leitura da realidade operada por meio do método marxiano apreende um todo vivo e articulado, construído objetiva e subjetivamente pelo ser social. A pesquisa marxiana não é neutra: ela é também um caminho político, que desvenda os interesses classistas e apoia o interesse concretamente coletivo, da emancipação do ser social. Portanto, o método e a teoria marxiana se dirigem a um projeto societário alternativo ao capital.

1.2 Metodologia

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa é de natureza qualitativa de vertente descritiva e exploratória. Foram focados aspectos metodológicos relacionados aos tipos de pesquisa, recorte temporal, métodos de coleta, tipos de dados e métodos de análise utilizados. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva e exploratória, com abordagem teórica, recorte transversal com perspectiva longitudinal e fundamentada em dados secundários. Consoante a isto, os resultados demonstraram que grande parte dos artigos analisados é de natureza qualitativa, do tipo exploratório, com recorte transversal.

De acordo com Denzin e Lincoln (2006), a origem da pesquisa qualitativa está na sociologia e na antropologia. Na sociologia, o debate sobre a importância da pesquisa qualitativa para o estudo da vida dos sujeitos sociais se deu por meio de estudos realizados na Escola de Chicago, ainda nas décadas de 1920 e 1930. Neste mesmo período, na antropologia,

os estudos de pesquisadores como Evans-Pritchard, Radcliffe-Brow e Malinowski revelaram também os métodos de trabalho de campo.

Com a disseminação da pesquisa qualitativa, os métodos para geração e interpretação dos dados qualitativos ganharam assentimento em diversos outros campos das ciências sociais e comportamentais, tais como a educação, a história, a ciência política, os negócios, a medicina, a assistência social. Desta forma, a pesquisa qualitativa atua hoje um campo transdisciplinar e suas características são amplamente aceitas e utilizadas.

Esperamos que a contribuição desta pesquisa contribua para o desenvolvimento de tantos outros trabalhos e que a análise deste assunto não deixe de ser prioridade também nos cursos de graduação, em especial, nas Relações Internacionais. Embora as Organizações Internacionais tenham realizado esforços para o combate à fome, o limite das suas atuações é bem evidente. Enquanto países produzem em abundância e o número das exportações de commodities crescem ano a ano, parcela da população do planeta ainda vive sem comer e morre por desnutrição.

2 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E A HISTÓRICA CONSTRUÇÃO DO DEBATE SOBRE A FOME: O PAPEL DA FAO, DO FIDA E DO PMA NO COMBATE À FOME.

A alimentação, definida como o acesso regular e irrestrito a alimentos, propõe segurança e nutrientes à vida humana, isso em quantidade suficiente para uma vida ativa e saudável, esta tem emergido como uma questão central no âmbito das preocupações globais. Assim, se tornando um componente intrínseco do direito fundamental à segurança e à dignidade humana, no qual evidencia a alimentação adequada um direito inalienável, além de colocar a segurança alimentar no centro da agenda dos direitos humanos, pois segundo a Assembleia Geral das Nações Unidas:

“Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. (artigo I, Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamados pela Resolução nº217 (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948).

Em um primeiro plano, a fome e a desnutrição não apenas colocam em risco a vida das pessoas, mas também mantêm o ciclo de pobreza e marginalização em andamento, impedindo as pessoas de viverem uma vida plena e produtiva. Diante disso, a Organização das Nações Unidas (ONU), maior provedora das ações políticas e sociais voltadas para a humanidade, desempenha um papel crucial na promoção da segurança alimentar, onde está auxiliando na cooperação de esforços globais para enfrentar crises alimentares, por meio de organizações, resoluções e tratados internacionais, que distribuem normas e diretrizes para garantir o direito à alimentação em todo o mundo.

Logo, ao longo das décadas, várias organizações internacionais têm se dedicado a abordar esse problema complexo, com esforços radicais para extingui-la do cotidiano e da vida de todos que convivem com ela. Sendo assim, examinaremos a evolução do debate sobre a fome e o impacto das organizações FAO, FIDA e PMA em suas respectivas abordagens para enfrentar esse desafio global.

Este capítulo irá propor a análise histórica da construção do debate sobre a fome e o papel desempenhado por três importantes organizações internacionais: a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de

Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA)⁶. Por meio de uma revisão bibliográfica detalhada, investigaremos como essas organizações têm contribuído para combater a fome e promover a segurança alimentar.

2.1 A Evolução das Organizações Internacionais no Combate à Fome

A luta contra a fome e a promoção da segurança alimentar são desafios globais que afetam milhares de pessoas em diferentes partes do mundo. Nesse contexto, as organizações internacionais desempenham um papel fundamental na formulação e implementação de políticas e programas destinados a combater a insegurança alimentar. Nesse sentido, demonstrar a relevância das organizações como a FAO, o FIDA e PMA no enfrentamento desse problema crucial, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento de estratégias eficazes de segurança alimentar em nível global se tornam essenciais.

Nesse íterim, será examinado os desafios e limitações que estas organizações internacionais enfrentam na sua missão de combate à fome, além da promoção para segurança alimentar. Em suma, compreender estas questões é essencial para identificar oportunidades de inovação e melhoria estratégica neste importante setor internacional.

Para identificar melhor o papel destas Herz *et al* (2015), menciona que as Organizações Intergovernamentais Internacionais (OIG), formadas por Estados, e as Organizações não Governamentais Internacionais (ONGI) são a forma mais institucionalizada de realizar a cooperação internacional. Nesse tópico, a autora evidencia a relevância e a institucionalização desse mecanismo de colaboração global, onde essas organizações desempenham um papel vital na resolução de desafios transnacionais, promovendo a paz, a cooperação econômica, a sustentabilidade, bem como a segurança alimentar e os direitos humanos.

Segundo Hamann (2005), este enfatiza que as organizações internacionais surgiram em meados do século XIX com a criação de mecanismos institucionalizados que facilitaram a cooperação técnica entre as potências europeias da época. Ao longo do século XX, especialmente após as grandes guerras e a Guerra Fria, uma série de organizações internacionais surgiram, organizaram-se ou foram formalmente estabelecidas a partir de acordos ou regimes sobre uma variedade de temas, como dá segurança à economia, e ainda

⁶ Ribeiro, Ney Rodrigo Lima. Direito Fundamental Social à Alimentação: Análise com ênfase no Ordenamento Jurídico Brasileiro / Ney Rodrigo Lima Ribeiro. 2.ed- Belo Horizonte Editora Dialética, 2021.

evidenciando ampla esfera social⁷. Já nos tempos atuais, as instituições têm reforçado um papel de destaque no cenário da política internacional e na vida social global em diversas regiões do mundo. Sendo assim, um impacto global e tornando-se uma parte essencial da prática profissional, da compreensão do mundo em geral e do exercício da cidadania responsável.

É importante observar que uma parte significativa das atividades diplomáticas de cada nação se concentra em sua participação nas organizações intergovernamentais. Além disso, as organizações internacionais discutem e criam muitas das normas que moldam a nossa vida cotidiana, como a gestão do déficit público, a proteção das crianças, luta contra epidemias e assim como a que está sendo analisada aqui, a segurança alimentar no contexto da fome.

Posto isso, para entender melhor parte do papel das organizações internacionais, estas desempenharam um papel crucial na construção histórica do debate sobre a fome. Tendo em vista que, essa questão, ao longo do tempo, evoluiu de uma preocupação regional para uma preocupação global, e as organizações internacionais desempenharam um papel fundamental nesse processo. Ademais, ao longo do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, houve um reconhecimento crescente de que a fome não era apenas um problema localizado, mas sim um desafio que afetava muitos países e continentes, Aranha confirma:

Foi somente com as crises geradas pela grande depressão e pela Segunda Guerra Mundial que a economia ganhou um caráter mais humano. Ao fim da depressão nos Estados Unidos, o Presidente Franklin D. Roosevelt discursava: “Vejo que um terço da nação mora mal, anda mal-vestida, mal alimentada.” Em 1943, Roosevelt promoveu uma conferência em Hot Spring, na Virgínia, para tratar do problema da subnutrição e, pela primeira vez na história, representantes de 44 países discutiram a respeito da melhor estratégia a ser utilizada para solucionar este grave problema. O resultado do encontro foi a criação, em 1946, da FAO, organismo das Nações Unidas que transformou o enfoque da alimentação e agricultura no mundo. Estavam inaugurados novos tempos. Assim se pensava. (Aranha, p.19, 2010)

Consoante a isto, as organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), desempenham um papel de liderança na promoção da segurança alimentar. Elas servem como fóruns para a cooperação entre países, compartilhando conhecimentos, recursos e melhores práticas. Além disso, essas organizações desempenham um papel fundamental no apoio à mobilização de recursos

⁷ HAMANN, E. P. Organizações internacionais: história e práticas. Contexto Internacional, v. 27, n. 1, p. 217–224, jun. 2005.

financeiros e técnicos para países no desenvolvimento na implementação de políticas e programas de combate à fome.

Em razão disso, para que a marginalização dos pobres e a má nutrição fosse descontinuada, iniciativas foram tomadas. A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de suas agências como a Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), foram essenciais na iniciação de projetos para alimentação adequada. Desde coleta de dados, pesquisa, estabelecimento de padrões alimentares e cooperação no combate à fome em todo o mundo, estas aumentaram a consciência sobre a fome como um problema global e realizaram planos para distribuir recursos e assim garantir a segurança alimentar.

Além disso, podemos evidenciar que essas Organizações Internacionais também desempenharam um papel crucial na criação de políticas e acordos internacionais relacionados à segurança alimentar e ao combate à fome, um desses acordos é o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 2, que visa "acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promoção da agricultura sustentável" até 2030⁸. Essas ações para melhoramento da insegurança alimentar ao longo dos anos, tornam-se cruciais para moldar a discussão sobre a fome, estabelecer metas globais e promover iniciativas de colaboração para enfrentar esse problema persistente em todo o mundo.

2.2 O papel da FAO

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) tem desempenhado um papel central e insubstituível na luta contra a insegurança alimentar no Brasil e no mundo. De antemão, foi fundada em 1945 e se dedicou a promover a segurança alimentar, a erradicação da fome e o desenvolvimento sustentável da agricultura. Do mesmo modo, o papel desempenhado por esta, como uma organização internacional de referência no combate à insegurança alimentar, destaca suas principais iniciativas, estratégias e impactos na promoção da produção agrícola sustentável e no acesso equitativo aos alimentos.

⁸ 2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. Disponível em: **Sustainable Development Goal 2: Fome zero e agricultura sustentável**.

A crescente complexidade dos desafios globais relacionados à alimentação e à agricultura é inegável. No contexto de um mundo cada vez mais globalizado e orientado pelo modelo capitalista e neoliberal, surgem várias questões que exigem uma abordagem mais ampla e proporcional aos direitos humanos. À medida que o mundo enfrenta desafios cada vez mais complexos, a crescente demanda por alimentos sofre sob a manipulação em torno do sistema agroalimentar e as grandes plantações de sementes, que em contradição mal alimentam a própria população.

Em um primeiro momento, é importante analisar o processo histórico da FAO e sua importância na ONU, esta foi estabelecida em 16 de outubro de 1945, imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial e durante uma discussão sobre uma estrutura das Nações Unidas, um marco na história das relações internacionais e na abordagem global às questões alimentares e agrícolas, como expõe Silva (2014).

Essa organização internacional desempenha um papel crucial no combate à fome e à má nutrição por meio da promoção de práticas agrícolas sustentáveis. Diante disso, sua história remonta ao século XIX, quando surgiu como o Instituto Internacional da Agricultura (IIA). Este, representou a primeira tentativa precursora daquilo que hoje conhecemos como FAO, sinalizando o início de esforços internacionais voltados para questões alimentares e agrícolas em uma escala global, assim como explica Santos (2021).

Consoante a isso, a insegurança alimentar e a reconstrução que ocorreu no pós-guerra foram desafios inevitáveis no contexto histórico da criação da FAO. A Segunda Guerra Mundial tinha causado muita destruição em muitas partes da Europa e da Ásia e isso fez com que prejudicasse muito a produção agrícola e o aumento na escassez de alimentos. Logo, veio a se tornar crucial para estratégia e segurança nacional durante a guerra, tornando este o momento em que a comunidade internacional passa a reconhecer a importância de uma organização global dedicada a apoiar a agricultura e a segurança alimentar, Maluf e Menezes argumentam que:

A FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) estima que, presentemente, um total de 800 milhões de pessoas passam fome, continuamente, em todo o mundo. A maior parte dessas pessoas está localizada nas partes mais pobres do planeta, em especial na África, alguns países da Ásia e da América Latina. Mas deve também ser registrado o crescimento de bolsões de miséria e fome, mesmo em países desenvolvidos. Embora a fome e a desnutrição, sejam as manifestações mais cruéis da situação de insegurança alimentar, e a incapacidade de acesso aos alimentos a sua principal causa, outros aspectos devem também ser considerados, de maneira que se identifiquem as condições necessárias para que prevaleçam melhores condições alimentares, seja nos planos locais e nacionais ou no plano global. (Maluf & Menezes, p. 2, 2000)

Em síntese, a magnitude do problema da fome, conforme destacado pela FAO e reforçado por Maluf e Menezes (2000), transcende as fronteiras geográficas e sociais, afetando desproporcionalmente as regiões economicamente mais desfavorecidas. Nesse sentido, é crucial considerar que a insegurança alimentar não se limita apenas a uma questão de acesso físico aos alimentos. Desse modo, estes incluem a qualidade nutricional dos alimentos disponíveis, a distribuição equitativa dos recursos alimentares, a sustentabilidade da produção agrícola e a educação sobre práticas alimentares saudáveis, aspectos estes trabalhados pela organização.

Em razão disso, como uma das primeiras agências especializadas das Nações Unidas, com a missão de liderar esforços internacionais para aumentar a produção de alimentos, melhorar a nutrição global e garantir a segurança alimentar, a FAO desempenhou um papel fundamental nas forças econômicas e na erradicação da fome em muitas regiões do mundo. Portanto, seu estabelecimento desempenhou um papel central na promoção da segurança alimentar global e no desenvolvimento agrícola sustentável e desde então, esta continua a ser uma voz influente no cenário internacional, enfrentando desafios persistentes relacionados à fome e à agricultura na cooperação com seus Estados membros e parceiros.

Está assim como outras organizações, desempenham um papel fundamental na garantia do acesso de alimentos à mesa de toda a população, seja com o objetivo de erradicar a fome a nível internacional, seja em âmbito nacional, especialmente no território brasileiro, em vista do retrocesso ao mapa da fome.

2.3 O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) desempenha um papel significativo e crucial no cenário internacional no que tange ao combate à insegurança alimentar. Esta organização, criada em 1977 como uma agência especializada das Nações Unidas, concentra seus esforços em apoiar as comunidades rurais mais vulneráveis em países em desenvolvimento.

O impacto das intervenções do FIDA em termos de segurança alimentar e desenvolvimento rural, contribui para a compreensão de como esta organização pode adaptar suas estratégias e abordagens para enfrentar os desafios emergentes no século XXI. Dessa forma, como mencionado anteriormente, temos esta instituição como outra importante organização, que desempenha papel fundamental na obtenção de segurança alimentar e

desenvolvimento agrícola, o (FIDA), que visa a redução da pobreza e da fome, conforme Fortini *et al* (2020):

Desde que começou a colaborar com o governo federal e os governos estaduais do Brasil nos anos 1980, o FIDA tem investido em atividades de desenvolvimento rural na região semiárida do Nordeste, conhecida como sertão. Todos os projetos financiados pelo FIDA no país se concentram em apoiar e promover a agricultura familiar. O objetivo é aumentar a produção e a renda dos agricultores familiares facilitando seu acesso a serviços essenciais – capacitação, crédito rural e assistência técnica, com atenção especial às tecnologias adaptadas ao clima –, fortalecendo suas organizações e conectando-os aos mercados. (Fortini et al, p.13, 2020).

É importante destacar que, nas regiões áridas e semiáridas do sertão, poucas agências de desenvolvimento ou Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) ousam se aventurar, isso resulta em um vazio crítico no apoio ao progresso nessas áreas. A atuação do FIDA se torna ainda mais vital diante desse contexto, já que ele desempenha um papel pioneiro na promoção do desenvolvimento sustentável nessas regiões solicitadas, preenchendo as lacunas deixadas por outras instituições que, por vezes, relutam em se envolver.

Em relação, o objetivo do FIDA é estimular e facilitar o aumento dos investimentos tanto públicos quanto privados na agricultura e no desenvolvimento de empreendimentos rurais. Esta estratégia visa a redução sustentável da pobreza e da insegurança alimentar, além de fortalecer a resiliência das comunidades rurais perante desafios econômicos, ambientais e sociais. Em razão disso, uma característica notável, é seu compromisso em ser o segundo maior investidor multilateral, além de configurar a organização entre as principais instituições dedicadas à promoção da agricultura.

Sendo assim, o FIDA destaca-se principalmente em sua abordagem inclusiva, na qual dá atenção especial às mulheres e aos homens rurais pobres em todas as suas atividades e investimentos. De modo que, significa que as comunidades locais estão envolvidas na concepção e implementação dos projetos, garantindo que suas necessidades, perspectivas e conhecimentos sejam considerados integralmente:

As mulheres dão uma contribuição importante para a agricultura e as economias rurais, mas estão entre os membros mais marginalizados das sociedades rurais. As mulheres em geral têm menos acesso a bens, ou menos autoridade em suas casas, organizações e comunidades. O FIDA trabalha para ajudar as mulheres rurais a obter maior igualdade com os homens e mais controle sobre suas vidas e bens. O empoderamento das mulheres também é importante para reduzir a desnutrição infantil crônica. As mulheres têm maior propensão a empregar sua renda em alimentação e educação do que os homens. (FIDA, p. 3, 2018)

Logo, seu compromisso com a segurança alimentar, a inclusão de gênero e a parceria com as comunidades o tornam uma peça fundamental no quebra-cabeça do desenvolvimento global. Tendo em vista, a desvalorização ao gênero feminino, empregado por uma sociedade patriarcal marcada pela ascensão do capitalismo e neoliberalismo, deixando a mercê da desigualdade e pobreza mulheres, essas que mesmo não obtendo recursos, alimentam seus filhos, se esforçam para pôr a mesa, não deixa faltar, são fortes e além disso dignas de um papel singular dentro da sociedade.

2.4 O Programa Mundial de Alimentos (PMA)

O Programa Mundial de Alimentos (PMA), uma agência especializada das Nações Unidas, não muito diferente das outras organizações, desempenha um papel crucial na mitigação da fome e da insegurança alimentar em todo o mundo. Juntamente com a FAO e a FIDA, tem se dedicado a fornecer assistência alimentar e apoio nutricional às populações mais vulneráveis em momentos de crise e a longo prazo. Imediatamente tem um papel importante na segurança alimentar e nutricional. Tendo isso em vista, vale destacar também sua importância histórica no contexto da alimentação e produção de alimentos dentro da agricultura para findar as causas da fome.

Diante disso, ao longo dos anos ocorreram inúmeras mudanças substanciais nas práticas, políticas e programas de ajuda alimentar internacional. Segundo Clapp (2012), surgiu uma ideia que havia sido amplamente rejeitada nas décadas de quarenta e cinquenta nas Conferências da FAO, que estava ganhando espaço entre os principais doadores de alimentos. Ante ao exposto, o então Presidente dos Estados Unidos, em 1960 apresentou um plano para abordar o fornecimento internacional de alimentos por meio do Sistema da (ONU)⁹, acordo este que futuramente viria a trazer bons retornos.

Logo, em novembro de 1961, durante uma conferência da FAO, uma proposta conjunta do Secretário-Geral da ONU e do Diretor Geral da FAO foi aprovado o plano proposto pelo então presidente, resultando na criação do Programa Mundial de Alimentos (PMA) por meio da Resolução 1714 (XVI) da Assembleia Geral da ONU. Um esforço

⁹Fundado em 1961, o PMA fornece assistência alimentar a comunidades vulneráveis, especialmente as afetadas pela guerra. Foi por meio do governo de Dwight Eisenhower, de 1953 a 1961, com o propósito de oferecer assistência alimentar utilizando a estrutura da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), que ainda estava em seus estágios iniciais de desenvolvimento. Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54487800>

conjunto com o Diretor Geral da FAO para criar um aparelho internacional multilateral centrado na gestão de excedentes agrícolas (STOKKE, 2009). Nesse sentido, este foi estabelecido como um programa experimental de três anos, com um Comitê Intergovernamental composto por dez Estados membros da FAO e outros dez eleitos pelo (ECOSOC) para administrar suas atividades.

Em 1962, mais quatro membros foram incluídos no Comitê, com isso durante a preparação para a implementação das atividades, comissões técnicas foram enviadas aos possíveis destinatários dos projetos, sendo que o Brasil hospedou a terceira comissão (FERNANDES, 2013). Em razão disso, o Secretário-Geral da ONU e o Diretor Geral da FAO, em um esforço conjunto, apresentaram um relatório destacando os resultados significativos alcançados pela PMA e defendendo sua expansão e dando início ao processo de formação do mesmo.

Esta iniciativa teve um papel fundamental na evolução das práticas de ajuda alimentar internacional, pois marcou o estabelecimento de um programa específico e multilateral dedicado à distribuição de alimentos e assistência agrícola em países em desenvolvimento. O Programa Mundial de Alimentos (PMA) tornou-se um modelo para a cooperação internacional na luta contra a fome e a má nutrição, demonstrando como a mobilização de excedentes agrícolas poderia ser utilizada de maneira eficaz para promover o desenvolvimento sustentável, conforme Dias e Santana (2021).

Portanto, o estabelecimento do PMA representou um marco significativo na história da assistência alimentar internacional, promovendo uma abordagem mais eficiente e sustentável para combater a fome e a desnutrição em todo o mundo.

2.5 Impacto das Organizações Internacionais no Combate à Fome

Assim como citado anteriormente, após o fim da Primeira Guerra Mundial, o conceito de "Segurança Alimentar" começou a ser discutido no mundo inteiro, deixando em evidência que durante a fase traumática da guerra, se tornou clara a necessidade de um controle para o fornecimento de alimentos à população.

Um exemplo disso, é a importância da segurança alimentar que foi reconhecida nos Estados Unidos durante a guerra. Em consonância a isso, houve uma grande administração de alimentos por parte do país, no qual defendia a conservação de gorduras para garantir que houvesse subsídios disponíveis durante esse período. Tendo isso em vista, algumas medidas

como comer localmente, ter segundas-feiras sem carne, evitar trigo, consumir mais frutas e vegetais e reduzir o açúcar branco foram impostas pelos americanos durante a guerra¹⁰.

A partir desse reconhecimento, o desenvolvimento de instituições e ações humanitárias para alimentação se tornou uma ideia e a partir disso a emergir em todo o globo, um processo lento, mas que ao passar dos anos se estruturou e modificou as relações humanas. Essas ações foram desenvolvidas principalmente com o objetivo de combater a fome, promover a inclusão social e ajudar nas coberturas de países afetados por conflitos, desastres naturais ou pela desigualdade.

Em virtude disso, organizações como o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), além de outros mencionados aqui, passaram a serem vistos como fornecedores de alimentos e ajuda emergencial a populações que enfrentam crises alimentares devido a conflitos, desastres naturais ou outras emergências, de acordo com Pereira e Silva (2016).

Sob o mesmo ponto de vista, o Programa Fome Zero, implementado no Brasil, foi uma iniciativa que visava combater a fome e a pobreza no país. Que ademais, foi iniciado no início do século XXI, o programa tinha como objetivo fornecer assistência alimentar e promover a inclusão social por meio de ações como a distribuição de alimentos e a promoção da agricultura familiar¹¹.

Consoante a isto, Murphy (1994) menciona as organizações internacionais como contribuintes na manutenção da relativa estabilidade do sistema internacional. Ainda mais, em 1996, a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) conduziu a Cúpula Mundial da Alimentação, uma conferência na qual uma Declaração e um Plano de Ação foram aprovados com o objetivo de combater a fome global. Durante esse evento, os líderes de Estado e governo que participaram se comprometeram a realizar uma mudança significativa na situação de desnutrição que afetava e ainda afeta mais de 800 milhões de indivíduos em todo

¹⁰ A Administração Alimentar dos Estados Unidos, criada em 1917 e chefiada por Herbert Hoover, fez campanha para convencer os americanos a mudarem voluntariamente os seus hábitos alimentares, a fim de terem comida suficiente para alimentar os nossos militares e os civis famintos na Europa. Isso incluía a conservação do trigo, da carne, do açúcar e das gorduras, para que esses itens pudessem ser enviados para o exterior. Disponível em: DURING, 2016.

¹¹ A proposta lançada pelo governo federal surgiu de um projeto construído ao longo de 2001 sob a responsabilidade do Instituto Cidadania, ONG dirigida à época pelo próprio Lula. Com base no trabalho de uma equipe de especialistas e debatida nacionalmente, foi elaborada uma nova proposta de política nacional de SAN, denominada Projeto Fome Zero. Esse projeto partiu de um diagnóstico de que a vulnerabilidade à fome atingiria um contingente de 44 milhões de brasileiros (27,8% da população) (Takagi, 2010 apud Silva, 2014).

o mundo, incluindo um número considerável de pessoas no Brasil, de acordo com Alencar (2001).

Não só isso, como também outros aspectos passaram a dar sentido ao surgimento e operacionalização de organizações internacionais para a alimentação no mundo inteiro. Uma dessas configurações se deu a partir do momento em que esta passou a conferir poder de um país sobre o outro, deixando em evidência o domínio que aquele detinha, sobre países em desenvolvimento e mais fracos, especialmente quando aplicado por uma superpotência. Sendo assim, muito se sabe que alguns países, ainda não tem capacidade para produzir seu próprio alimento, para seu próprio abastecimento, tornando-o assim incapaz de alimentar sua população em quantidades suficientes.

A realidade da fome e desnutrição, infelizmente ainda assola e destroça muitas crianças, jovens e adultos em muitos territórios, seja no âmbito nacional ou internacional. Muitas famílias que a essa altura deveriam ocupar um espaço seguro, não gozam deste direito, pois a realidade nos tempos atuais revela outra verdade:

No Brasil, 300 mil crianças morrem todos os anos de mortes completamente evitáveis. Nossos filhos, antes mesmo de completarem um ano de idade, morreram de diarreia, pneumonia e outras doenças das quais não teriam morrido se tivessem sido alimentados e vividos em lugares decentes. Todos os dias, cerca de mil crianças são mortas. Enquanto você lê isto, muitas pessoas estão morrendo. Mas se estas são mortes evitáveis, quem pode impedi-las? Quem é o responsável por isso? Só há uma resposta: NÓS. (idem, 1993, p. 2 apud Vasconcelos, p. 263, 2004)

Da mesma forma, dentro do contexto brasileiro a fome e a miséria se tornam uma problemática gigante, tendo em vista que o país, inúmeras vezes adentrou o mapa da fome. Pois de acordo com Vasconcelos (2004), no Brasil, a partir de meados dos anos 1980, houve o desenvolvimento de diversas abordagens e estratégias para combater a fome, concebidas por acadêmicos atuantes no campo da alimentação e nutrição.

Anos depois, ainda nessa perspectiva, alguns métodos e planos foram adotados em território brasileiro, com a função de estabelecer estratégias que sensibilizasse a sociedade civil, para esta adversidade. Nesse contexto, no dia 18 de abril de 1993, foi anunciado o lançamento do Plano de Combate à Fome e à Miséria e a sugestão de estabelecer o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), conforme o Ipea (1993b). Diante disso, a fim de solucionar essa problemática, este desenvolveu uma ampla gama de ações, predominantemente focadas em respostas de urgência, com o intuito de enfrentar a fome e a pobreza no território nacional.

Nessa lente, ao propor uma cooperação integrada entre o setor público, os partidos políticos e a sociedade civil, espera-se que a questão da segurança alimentar assuma uma nova abordagem no Brasil e no tempo vigente. Posto isso, a ação da comunidade internacional ganha relevância adicional, representando uma maneira adicional de sensibilizar as populações de cada nação para a necessidade urgente de se comprometerem de forma decisiva com esse desafio.

Em razão disso, a FAO, tem buscado ampliar o alcance de sua principal prioridade, que é, na verdade, sua missão fundamental: a luta contra a fome e a desnutrição global. São inúmeras as realizações alcançadas pelas organizações internacionais, no qual, essa questão se tornou crucial em termos de segurança nacional para cada nação, destacando a importância da formação de instituições governamentais, públicas nacionais e internacionais.

Do mesmo modo, necessita-se da atenção de organizações financeiras internacionais, ONGs, Estado no âmbito doméstico, Direito Internacional para a contínua preocupação da fome. Este, que por sua vez incentiva a reavaliação do conceito de segurança alimentar e ressalta-se sua relevância estratégica tanto em âmbito nacional como internacional no mundo contemporâneo.

2.6 Causas e Consequências da Fome

Assim também, vale ressaltar as consequências ocorridas pela insegurança alimentar, a fome é um dos problemas mais eminentes do nosso tempo, transcendendo as fronteiras nacionais e afetando toda a humanidade. Ela representa uma das ameaças mais complexas e insidiosas à saúde e ao bem-estar de bilhões de pessoas em todo o mundo.

Revisitando o passado, no Brasil, Josué de Castro se destaca como um dos raros estudiosos que, nas últimas cinco décadas, demonstraram interesse em compreender e elucidar as circunstâncias históricas que levam à ocorrência da fome. Ele abordou esse aspecto pela primeira vez na literatura como uma realidade que se manifesta de várias formas, principalmente como uma consequência direta do subdesenvolvimento econômico e social, Castro (1965).

O autor Josué de Castro, por muitas vezes, descreveu minuciosamente os estilos de vida das pessoas carentes em determinadas áreas do Brasil, inclusive aquelas afetadas pela seca no Nordeste, demonstrando sua crescente relevância no contexto nacional. Sendo assim, este estudo etnográfico se concentra na fome como uma característica continuada em várias áreas do nosso país, abordando o tema central de que a fome crônica não é apenas um

problema social. Ao abordar o assunto de maneira inovadora, também chama a atenção para as condições de vida e sobrevivência dos famintos nas ruas, estas que enfrentam constantemente a ameaça da fome.

Por muitas vezes, se observa pessoas famintas nas ruas à procura de alimentos em lixos de residências, supermercados e locais públicos. Muito se sabe que, a fome crônica passa a ser o reflexo de uma sociedade marcada por disparidades extremas, e sua eliminação requer mudanças significativas nas estruturas sociais. De modo, que analisam como o corpo se relaciona com a sociedade, incluindo as dificuldades de acesso à comida e a integração dos indivíduos na economia, são continuamente reinterpretadas para abordar e questionar a persistente falta de políticas públicas eficazes que possam reverter essa situação social.

No livro "Agonia da Fome" de Freitas (2003), a autora expõe as mais profundas narrativas sobre o flagelo da fome, vivenciada por pessoas que não se veem vivendo mais sem a presença da fome em seu cotidiano. Das narrativas, que se enquadram ao tema aqui discutido, segue alguns trechos observados por ela de como famílias vivem e enfrentam a fome:

Esse aqui é o almoço de ontem e de hoje. Amanhã eu me viro, nem penso. Eu como depois. De noite só tem nescafé. É essa [...] a comida deles. [...] Comida de pobre é assim, não tem feijão todo dia não. Amanhã vai ser pirão de osso, e se tiver um ovo vai ser novidade. Um ovo que dá pra todo mundo (Sílvia)...

Teve época que eu fazia sopa de papelão. Um dia os meninos estavam tudo chorando, e eu precisava fazer uma coisa. Aí uma comadre me ensinou. Lavei o papelão que eu estava catando pra vender e botei na panela com água, botei um salzinho. Eles pensaram que era comida e comeram. (Val)...

Tem D. Neuza, mais os filhos, que tomaram sopa de terra. Ela agora está morando com um cara que vive do lixo. Bota os meninos pra catar lixo. Tem os filhos velhos, mas são tudo pequenos, são desnutridos. Aí engana, a gente pensa que são crianças, mas já são velhos (Regina).

Já vi gente na minha rua que não tinha um grão de arroz, nem um pouco de farinha pra comer. Já cansei de chegar nas casas de morador e não ver nada. Mas a sociedade quer esconder isso. Ninguém quer falar sobre isso. Não dá pra esconder que tem gente passando fome, não dá (Renilda). (FREITAS, p.115-117-130, 2003)

Isso é apenas mais uma história que ilustra uma das diversas maneiras como a fome se manifesta, uma realidade que, infelizmente, não é muito diferente nos dias de hoje. Esses relatos ressaltam a batalha cotidiana pela sobrevivência e as medidas drásticas que algumas famílias são obrigadas a adotar para enfrentar a carência de alimentos. Logo, quando se

observa atentamente ao redor, sem pressa ou angústia, é possível notar visíveis sinais de miséria, pobreza, desigualdade, desemprego e a dolorosa presença da insegurança alimentar.

A autora evidencia, os elementos comuns e as diferentes maneiras de abordar o problema da fome em determinadas unidades domésticas. Condições, experiências e comportamentos familiares determinam se as famílias tiveram dificuldade em satisfazer suas necessidades mínimas de alimentos em algum momento. Nesse contexto, as origens e os impactos da fome podem variar de local para local, mas isso não anula a sua presença persistente como um desafio universal que afeta comunidades de diferentes formas.

Em seguimento, este problema global não se limita apenas à falta de acesso a alimentos como mencionado anteriormente, mas está intrinsecamente ligado a uma série de fatores interconectados, como desigualdade social, insegurança alimentar, descontinuações de políticas públicas e econômicas, crises climáticas e conflitos armados. Dessa forma, como apontado pelo Ipea (p. 90, 1993a) o Brasil vive condições extremas de desigualdade e desvalorização de suas políticas públicas que evidenciam que:

Trinta e dois milhões de brasileiros – uma população equivalente à da Argentina – defrontam-se, diariamente, com o problema da fome. São 9 milhões de famílias cuja renda mensal lhes garante, na melhor das hipóteses, apenas a aquisição de uma cesta básica de alimentos capaz de satisfazer as suas necessidades nutricionais. Esse foi o limite utilizado para se determinar a população que apresenta condições mais graves de insuficiência alimentar (apêndice A). A metade dos brasileiros cuja renda não permite sequer acesso a uma quantidade adequada de alimentos localiza-se nas cidades. A parcela mais significativa destes – cerca de 7,2 milhões de pessoas indigentes – está no Nordeste. Outra parcela significativa dos famintos urbanos está nas regiões metropolitanas – 4,5 milhões de pessoas, ou cerca de 30% do total de indigentes que vivem nas cidades brasileiras. Apesar da concentração no Nordeste e nas grandes cidades, a fome urbana dissemina-se por todo o território nacional. (Ipea, p. 90, 1993a)

Inicialmente, esta pode ser definida como a condição de privação crônica de alimentos essenciais que afeta a saúde, o desenvolvimento e a sobrevivência de uma população. Segundo Harris (1982) a ideia de que a falta de alimentos causa mortes não é mais vista como um resultado inevitável das leis naturais, mas sim como um problema com raízes sociais. Essa situação é influenciada por interações ecológicas, mas, ao mesmo tempo, faz parte de um sistema que pode ser modificado continuamente pelo ser humano para assegurar a sobrevivência.

Ajustado a isto, embora seja um fenômeno com profundas raízes históricas, a fome persiste como um desafio global, mantendo-se como um tema de relevância e preocupação crescente para a comunidade internacional. Seu impacto se estende muito além da falta de

nutrição, afetando áreas tão diversas quanto a economia, a política, a segurança e a estabilidade social.

Sistematizar a trajetória alimentar e nutricional sob a ótica dos organismos internacionais, com o intuito de lançar luz sobre os níveis de desigualdade social e insegurança alimentar que estão intrinsecamente associados a complexos processos políticos, econômicos e sociais. Além disso, trazer sob questão a priorização do combate à fome só será eficaz quando incorporada como um dos pilares fundamentais da estratégia de desenvolvimento a nível internacional.

Embora haja medidas de resposta imediata, direcionadas para o fornecimento de alimentos àqueles que mais necessitam e tenham sua importância na mitigação do sofrimento de muitas pessoas em todo o mundo, é crucial compreender que a fome não é uma manifestação direta somente da pobreza extrema. Logo, sua ocorrência resulta de uma complexa interação de fatores que vão além da mera insuficiência de alimentos.

Neste contexto, o primeiro fator responsável pelo flagelo de uma má alimentação, é a desigualdade na distribuição de terras e recursos. Segundo Ipea (2019) a desigualdade social refere-se às diferenças observadas nas oportunidades individuais de acesso e posse de bens socialmente valiosos. Diante disso, um dos fatores centrais que alimentam a fome em nível internacional é a desigualdade na distribuição de terras e recursos, onde em muitas regiões, o acesso à terra para a produção de alimentos é desigualmente distribuído, muitas vezes concentrando-se nas mãos de uma minoria privilegiada.

Além disso, a expansão da agricultura industrial e da monocultura tem agravado esse problema, no qual dá ênfase na produção em larga escala. Assim, esta é frequentemente dominada por poucas corporações e limita a distribuição na mesa de famílias, mais especificamente famílias brasileiras, como discutido nos capítulos 3 e 4 desta pesquisa é apontado pela Ação da Cidadania,

O Brasil produz alimentos suficientes para alimentar toda a sua população e outros países latino-americanos. Segundo estudos técnicos, há muita comida no Brasil, porém, não há comida no prato do brasileiro. Alimentos suficientes para alimentar 18 milhões de brasileiros são jogados fora. Isso sem falar no irresponsável sistema de armazenamento que faz o país perder milhares de toneladas de alimentos, porque apodrecem e se deterioram antes da distribuição. Uma verdadeira indústria da fome. (Ação da Cidadania, 1993, p. 2 apud Vasconcelos, p. 264, 2004).

Isso faz com que haja restrição ao acesso dos mais vulneráveis aos recursos essenciais, perpetuando assim a insegurança alimentar. Juntamente a isso, observa-se que aqueles que vivem em condições de pobreza enfrentam dificuldades consideráveis para obter alimentos de

qualidade. Rapidamente, a falta de recursos financeiros limita a capacidade das famílias de adquirir alimentos nutritivos, e isso se reflete em dietas úteis que levam à desnutrição.

As disparidades de rendimento e o acesso desigual às oportunidades econômicas desempenham um papel importante. Além disso, a falta de oportunidades de emprego contribui para um ciclo vicioso de pobreza, dificultando a saída das famílias do estigma da fome, como apontado por Singer (1994), ao não darem mais do que damos, às pessoas nos países ricos permitiram que as pessoas nos países mais pobres sofressem pobreza absoluta, levando à desnutrição, à escassez de alimentos e à morte. Ademais, a organização Ação da Cidadania (1993) ainda complementa que é hora de dizer que basta deste processo insensato e genocida, que criou uma miséria total, deixando milhões de pessoas num estado insuportável de fome e desespero.

A respeito da pobreza e desigualdade presente no mundo, o livro *Fome Zero: Textos Fundamentais* (p. 37- 38, 2004) determina que:

Não podemos esquecer de que a nossa pobreza está associada à pobreza do mundo, ou melhor, a concentração de riqueza nos países economicamente mais fortes. Dados recentes mostram que o "gap" entre os mais ricos e os mais pobres no mundo vem se aprofundando depois da generalização do neoliberalismo no mundo. O fosso que separa o 1/5 mais rico do 1/5 mais pobre da população mundial era: de onze para um em 1870; de trinta para um em 1960; de sessenta para um em 1990 e de setenta e quatro para um em 1997. Que consequências sociais esta impressionante desigualdade mundial tem gerado: 816 milhões de pessoas (1/6 da humanidade) sofrem insegurança alimentar; 1,2 bilhões de pessoas não têm acesso à água potável; 2 bilhões não têm eletricidade; 854 milhões são analfabetos; 2,4 bilhões não possuem saneamento básico e 880 milhões não têm acesso assistência médica (Pogge, 2003). Importante destacar que as cifras sobre pobreza no mundo não estão se elevando apenas nos países pobres, mas também nas chamadas economias avançadas, o que demonstra a falência de um modelo de desenvolvimento mundial. (*Fome Zero: Textos Fundamentais*, p. 37- 38, 2004)

O texto em destaque evidencia a ligação intrínseca entre a pobreza global e a desigualdade na distribuição da riqueza, agravada pela propagação do neoliberalismo, no qual os números revelados mostram um aumento constante de variáveis entre os mais ricos e os mais pobres ao longo do tempo, que se mostram alarmantes. Diante disso, as consequências sociais dessas desigualdades também são preocupantes, pois centenas de milhões de pessoas em todo o mundo sofrem de insegurança alimentar e não têm acesso a água potável, eletricidade, educação, saneamento básico e cuidados de saúde.

Da mesma forma, é importante notar que essa realidade afeta não só os países mais pobres, mas também as economias avançadas, demonstrando uma falha sistêmica no modelo de desenvolvimento global. Logo, a necessidade urgente de abordar estas questões torna-se clara à medida que nos esforçamos para alcançar um mundo mais equitativo e sustentável.

Outro fator importante a fomentar as causas e consequências da má alimentação, são os conflitos, guerras civis e mudanças climáticas. Antecipadamente, os conflitos armados e as guerras civis desempenham um papel de destaque na perpetuação da fome, pois durante esses conflitos, a destruição da infraestrutura e dos sistemas agrícolas é uma ocorrência comum. Além do que, as comunidades rurais sofrem frequentemente ataques, e as terras cultiváveis são abandonadas ou destruídas, o que resulta na interrupção da produção de alimentos, influenciando na insegurança inerente a esses contextos e impedindo o acesso seguro a recursos essenciais.

O conflito destrói a terra, a água e os recursos biológicos e sociais para a produção de alimentos, enquanto os gastos com operações militares reduzem o investimento em saúde, educação, agricultura e proteção ambiental. O ciclo negativo fecha porque a fome e a falta de acesso aos meios para atender às necessidades básicas são muitas vezes a raiz do conflito violento. Quando os grupos que dominam o cenário político assumem os recursos naturais e os meios de produção, negando o acesso a grupos marginalizados gera violência; é uma fonte de violência estrutural. A negação do direito à alimentação tem sido associada a tumultos e guerras civis na América Central e no México. (FERNANDES & ELIZABETH, p. 85, 2017)

Ao observar o argumento de Fernandes e Elizabeth, (2017) elas ressaltam um ciclo de destruição e privação perpetuado pelo conflito armado, que tem implicações graves tanto para o meio ambiente quanto para as condições sociais e econômicas. Da mesma forma, o impacto devastador do conflito na terra, na água e nos recursos biológicos essenciais para a produção de alimentos é evidente, tendo em vista que, os altos gastos em operações militares frequentemente reduzem o investimento em áreas críticas como saúde, educação, agricultura e proteção ambiental.

Em consideração a isto, o ciclo de adversidades se retrai, quando a falta de acesso a recursos básicos e a privação alimentar emergem como causas subjacentes de conflitos violentos. Ao mesmo tempo que, a apropriação de recursos naturais e meios de produção por grupos dominantes, negando a participação de grupos marginalizados, perpetua a violência estrutural. Portanto, sublinha a urgência de abordar as causas subjacentes da insegurança alimentar e da desigualdade como parte integrante dos esforços para promover a paz e a estabilidade nas regiões afetadas.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS E A CONVERGÊNCIA COM O DEBATE INTERNACIONAL: FOME ZERO E BOLSA FAMÍLIA COMO POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUPERAÇÃO DA FOME NO BRASIL.

Evidenciando o conceito, de acordo com Peters (1986), as políticas públicas são o resultado de todas as ações do governo, seja por intervenção direta ou por meio de autorizações delegadas, que impactam a vida dos cidadãos. A princípio, este é um termo que se refere a ações, decisões e programas adotados por governos para abordar questões de interesse público e buscar soluções para problemas específicos. Tendo isso em vista, essas políticas podem abranger uma ampla gama de áreas, seja na educação, segurança, meio ambiente, infraestrutura e outros, sendo assim, neste trabalho serão discutidas políticas voltadas para segurança alimentar e as adversidades encontradas por esta problemática no espaço tempo de 2016 a 2021.

Em resumo, as políticas públicas desempenham um papel fundamental na organização e funcionamento de uma sociedade. Diante disso, estas ajudam na resolução de problemas e melhoramento na qualidade de vida dos cidadãos, além de promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental de uma nação. Estas, por sua vez, são um mecanismo importante para a participação cidadã e para a garantia de que o governo atenda às necessidades e expectativas da população.

O artigo Políticas Públicas: uma revisão da literatura, de Souza, enfatiza que:

Numa perspectiva teórico-conceitual, as políticas públicas em geral e as políticas sociais em particular são campos multidisciplinares e se concentram em explicar a natureza das políticas públicas e seus processos. Portanto, a teoria geral das políticas públicas envolve a busca de uma síntese de teorias formuladas nos campos da sociologia, da ciência política e da economia. Logo, as políticas públicas têm impacto na economia e na sociedade, razão pela qual qualquer teoria de políticas públicas deve explicar a relação entre o Estado, a política, a economia e a sociedade. (SOUZA, p.25, 2006).

Nesse sentido, fica destacado a essencialidade de uma abordagem multidisciplinar das políticas públicas, incluindo as políticas sociais, que buscam compreender a natureza dessas e seus processos subjacentes. Souza ainda complementa seu pensamento de modo a destacar que:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável

independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). (SOUZA, p.25, 2006).

Esse destaca que é essencial reconhecer que as políticas públicas exercem um impacto significativo tanto na economia quanto na sociedade, e qualquer teoria que se propõe a analisar políticas públicas deve ser capaz de explicar as complexas interações entre o Estado, a política, a economia e a sociedade.

Diante ao exposto, neste capítulo estudaremos as políticas públicas nacionais do Brasil e a convergência com o debate internacional: Fome Zero e Bolsa Família como políticas públicas de superação da fome no Brasil. Todavia, o capítulo se concentrará no estudo das políticas públicas implementadas, especificamente os programas abordados acima, onde essas têm como objetivo combater a fome e a pobreza no país. Além disso, também examinar como essas políticas se relacionam com as discussões e práticas internacionais relacionadas à superação da fome. Em síntese, o capítulo detalha essas políticas brasileiras e sua conexão com o debate global sobre a erradicação da fome.

Observando o processo histórico de política pública, podemos ver a significativa mudança nas direções destas no Brasil em 2016, juntamente a incerteza nos contextos nacional e internacional, que influenciaram diretamente na aplicação desses programas nos anos seguintes ao mencionado.

3.1 Introdução às Políticas Públicas de Superação da Fome

Como já apontado, a fome é um obstáculo ao desenvolvimento humano, prejudicando não só a saúde, mas também o potencial econômico e social das comunidades afetadas. Em razão disso, se faz necessárias políticas públicas eficazes para garantir que os mais vulneráveis tenham acesso a alimentos em quantidade suficientes e a uma boa nutrição. Visto que, superar a fome não é apenas uma questão humanitária, mas também ação necessária para o desenvolvimento sustentável das nações em todo o globo.

Ao adotar a perspectiva de sistemas alimentares descentralizados para examinar a coexistência de sistemas alimentares diversos, é possível entender como o fornecimento de alimentos nas áreas locais, zonas urbanas e nas regiões em que certas áreas estão situadas é moldado, Maluf, (2021). Diante essa abordagem, busca-se destacar que o acesso aos alimentos para a população, suas escolhas alimentares e a própria configuração das paisagens

rurais são influenciados pela interseção de diferentes dinâmicas socioeconômicas e políticas que operam em diferentes escalas, abrangendo o âmbito global, nacional e local-territorial.

Posto isso, durante o período de 2014 o Brasil foi marcado pela sua saída do mapa da fome, isso se deu a partir de programas e políticas elaboradas para que famílias que se encontrava em vulnerabilidade alimentar, pudesse ter acesso a comida. Até o início de 2014, os programas de alimentação já atendiam mais de 14 milhões de famílias brasileiras e o investimento supera a marca de R\$2 bilhões. Naquele mesmo ano, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) declarou que o Brasil havia deixado o mapa da fome¹².

Conforme a FAO (2013), isso se devia não apenas à incorporação do compromisso com a erradicação da fome em sua constituição e leis, mas também à implementação de políticas destinadas a garantir esse direito. Entretanto, nos anos seguintes políticas públicas passaram a ser descontinuadas antes mesmo de terem sido condicionadas. Levando em consideração mudanças de governo, a priorização e fortalecimento de outras áreas, além da predominância do modelo neoliberal. Logo, mostra claramente que a luta contra a insegurança alimentar é um caminho difícil e cheio de desafios a serem vencidos.

O cenário oposto ao anterior foi observado a partir de 2019, pois ainda em consonância com a FAO, o Brasil estava retrocedendo, isso retornando à lista de países que enfrentam dificuldades para garantir níveis adequados de alimentação para sua população. Diante disso, pode-se dizer que a insegurança alimentar está estreitamente ligada às disparidades sociais, fato este gerador da pobreza crescente no país nos últimos anos, conforme indicado pelo IBGE (2020a). Posto isso, observa-se que, entre 2016 e 2017, a taxa de pobreza no Brasil aumentou de 25,7% para 26,5%, configurando a desvalorização presente na política pública e o processo de desestruturação das mesmas imposta pelos governos que sucederam após o ano de 2016.

¹² No início do governo de Lula, a introdução do programa Fome Zero foi acompanhada pelo estabelecimento do Programa Cartão Alimentação e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), juntamente com outras ações voltadas para melhorar a segurança alimentar. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi recriado como um órgão de aconselhamento direto ao Presidente da República, e isso levou a um amplo envolvimento da sociedade em torno desse tema. Nesse contexto, em 20 de outubro do mesmo ano, o Programa Bolsa Família foi criado por meio da Medida Provisória nº 132, posteriormente convertida em lei em janeiro de 2004 (Lei nº 10.836). Esse programa de transferência de renda do Governo Federal unificou diversas iniciativas pré-existentes, como o Cadastro Único, o Auxílio Gás e o Fome Zero, com o propósito de combater a pobreza e a fome. fonte: GOV.BR. A trajetória do programa que tirou o Brasil do mapa da fome. Gov.br. 2023. **Disponível em:** A trajetória do programa que tirou o Brasil do mapa da fome”, 2023.

Configurando a realidade do aumento da pobreza, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (2020b), ressaltou que durante o período de 2017 a 2018, a Insegurança Alimentar afetou 52,1% da população que vivia em áreas rurais e 41% da população nas áreas urbanas. Dentre esses números, a Insegurança Alimentar atinge 30,2% da população rural e 26,5% da população urbana. Em sequência disso, a situação se dificulta devido à pandemia de Covid-19, que tirou a vida de milhares de pessoas no mundo todo e suas ramificações na economia, como o desemprego, o subemprego, as falências, bem como o aumento nos níveis de desigualdade socioeconômica, educacional e de saúde entre a população brasileira.

Posto isso, foi possível observar que o combate à pobreza sofreu um retrocesso significativo devido à deterioração das políticas públicas após os acontecimentos de 2016. Alguns dos indicadores pioraram gradativamente e entre 2018 e 2022, o Brasil voltou novamente para mapa da fome, devido à pandemia e os processos de desvalorização de políticas públicas¹³. É necessário destacar a importância do fortalecimento em torno dos programas para alimentação, além de priorizar a narrativa para a superação da fome, fomentar estas idealizações para que se realize a garantia de antigos programas e assim haja a inclusão novos no contexto alimentar.

Diante ao exposto, pode-se dizer que o nosso déficit histórico não pode ser resolvido apenas pelo mercado ou pela sociedade, e o Estado não é o único responsável. Em consequência, é necessário promover um espaço compartilhado de engajamento cívico, onde o Estado e a sociedade se unem para atingir metas mais elevadas para o país. Isso permitirá avançar no objetivo de construir um país que ofereça direitos e oportunidades para todos.

Há muitas evidências sobre a angústia da fome, é árdua e cansativa a historicidade desta narrativa, pois já perpassa muitos anos de luta e o rastro da fome parece não ter fim. Não saber o que comer durante o dia, não saber se haverá comida à mesa nos dias que virão, ter família e não saber como alimentá-la, certamente uma das piores realidades deste país. As famílias brasileiras carecem da forte presença do Estado, para a distribuição de recursos e

¹³ Nos últimos anos, um dos principais desafios enfrentados pela sociedade brasileira tem sido a falta de acesso regular a uma alimentação adequada por uma parcela significativa da população. Em 2014, o país conseguiu sair do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) devido à implementação de estratégias de segurança alimentar e nutricional que datam da década de 1990. No entanto, a situação piorou a partir de 2015 e se agravou consideravelmente durante a pandemia de Covid-19, que afetou o mundo a partir de 2020 e se estendeu por dois anos. Em 2022, o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil revelou que 33,1 milhões de pessoas não têm a garantia de ter comida suficiente, o que representa um aumento de 14 milhões de brasileiros em situação de fome. De acordo com o estudo, mais da metade (58,7%) da população brasileira enfrenta algum grau de insegurança alimentar, seja leve, moderado ou grave. Fonte: Agência Senado: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome>

formulação de políticas públicas, tornando assim uma prioridade do governo e não somente de ministérios, a atuação na resolução desta problemática.

Em vista disso, ao considerar os programas existentes, é importante ressaltar o Programa Fome Zero e o Bolsa Família, que se destacam por sua amplitude, eficácia e convergência na prestação de assistência e na promoção da cidadania¹⁴. Leite observa que:

Em 2014, de acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome. Os dados analisados apontam que entre 2002 e 2013, houve a queda de 82% do número de brasileiros em situação de subalimentação. A organização aponta também que, entre 1990 e 2014, o percentual de queda foi de 84,7% (FAO, 2019). A agência destaca entre as ações que contribuíram para o alcance da redução da extrema pobreza e fome as políticas de segurança alimentar e nutricional como a transferência condicional de renda, tendo como exemplos o programa Bolsa Família e o benefício da prestação continuada. A FAO (2019) destaca ainda o apoio à agricultura familiar com ações que visam facilitar o acesso ao crédito, prestar assistência técnica e proporcionar maior segurança aos agricultores familiares. Já que para alcançar a segurança alimentar é necessário aliar o aumento da produtividade agrícola e os correspondentes investimentos, fomentando o desenvolvimento rural e facilitando o acesso a uma alimentação adequada para as populações em vulnerabilidade, uma das iniciativas públicas que se destacou ao buscar este desenho foi o Programa Fome Zero que inclusive foi replicado em outros países em 2005, por meio da Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome, inspirada no do Brasil (FAO; FIDA; PMA, 2014 apud LEITE et al p. 530, 2022)

Essas políticas visam acabar com a fome, garantindo que todos tenham acesso a alimentos saudáveis. No que tange o assunto, isso inclui criar programas para diminuir a pobreza, aumentar o acesso a alimentos baratos, promover uma agricultura sustentável, distribuir alimentos para pessoas vulneráveis e ensinar nutrição. Trata-se de uma prioridade no sentido de abordar as causas complexas da fome, as políticas públicas de superação desta, geralmente requerem a colaboração de vários setores, como agricultura, saúde, educação e assistência social.

A Agenda 2030 das Nações Unidas destaca a atenuação da fome como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e é um objetivo global¹⁵. Assim, os esforços não

¹⁴ Coube ao Instituto Cidadania, ONG dirigida por Luiz Inácio Lula da Silva, a retomada do tema da segurança alimentar como política pública dez anos após a primeira proposta. A nova proposta de política nacional de segurança alimentar e nutricional, denominada Fome Zero, foi elaborada por uma equipe de especialistas e debatida em nível nacional ao longo do ano de 2001, e contou com contribuições de uma centena de especialistas durante mais de seis meses. O Projeto Fome Zero partiu de um diagnóstico de que o Brasil não teria, até então, uma política geral de segurança alimentar e que a vulnerabilidade à fome atingiria um contingente de 44 milhões de brasileiros (27,8% da população). Basicamente, o Projeto Fome Zero buscava atacar o problema da insegurança alimentar a partir da melhoria do nível de renda da população considerada pobre, uma vez que o problema da fome no Brasil está muito mais relacionado com a insuficiência de renda do que, propriamente, com a falta de oferta ou escassez de alimentos. Fonte: ARANHA, (2010).

se limitam a garantir a disponibilidade de alimentos, eles também envolvem a promoção da sustentabilidade, equidade e justiça social. Em resumo, as políticas públicas são uma parte crucial do compromisso global de erradicar a fome e garantir que todos tenham acesso a alimentos adequados para uma vida saudável. Por consequência, elas representam uma abordagem coordenada e multifacetada para enfrentar esse desafio persistente, mudando a melhoria das condições de vida das populações vulneráveis e o progresso na direção para um mundo mais justo e igualitário.

3.2 Fome Zero: Origens, Objetivos e Estratégias

Ao longo da história contemporânea, o programa Fome Zero tem se empenhado no processo de erradicação da fome, através de uma série de estratégias e ações multifacetadas. Reconhecendo isso, estes opera suas funções através da implementação de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional, o fortalecimento da agricultura familiar e o apoio às comunidades em situação de vulnerabilidade, garantindo o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade.

A respeito da pobreza há várias formas de entender o conceito, tradicionalmente está vinculado a uma condição socioeconômica em que indivíduos, famílias ou comunidades não têm acesso a recursos materiais, serviços básicos, oportunidades e qualidade de vida necessárias para atender às suas necessidades fundamentais. De modo, a ressaltar a falta de inclusão e acesso inadequado a alimentos. Sendo assim, ao falarmos da pobreza, junto a desigualdade, será mais uma forma de abordar a repressão vivenciada no âmbito social.

Visto isso, para entender a fome no Brasil, é essencial analisar a formação da nossa pobreza a partir de uma perspectiva histórico-social. Carolina Maria de Jesus em 1960, em seu diário já escrevia sobre o flagelo da fome e sua triste realidade brasileira dentro das favelas, no qual conseguia compreender e expressar muito bem a vida dos pobres e miseráveis:

17 DE MAIO Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil? Eu estava descontente (*sic*) que até cheguei a brigar com o meu filho José Carlos sem motivo.

¹⁵ Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Fonte: Sustainable Development Goal 2: Fome zero e agricultura sustentável, 2020.

...Chegou um caminhão aqui na favela. O motorista e o seu ajudante jogam umas latas. E linguiça enlatada. Penso: E assim que fazem esses comerciantes insaciáveis. Ficam esperando os preços subir na ganancia de ganhar mais. E quando apodrece jogam fora para os corvos e os infelizes favelados. (JESUS, p. 28, 2014)

Carolina Maria de Jesus escreve de maneira poética e dramática sobre sua vida como catadora de lixo na favela do Canindé, em São Paulo, que na época tinha cerca de 50 mil pessoas morando lá. Há algumas passagens marcante de seu livro, que descreve com exatidão o processo demasiado da miséria, pobreza e fome:

...O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças.

...Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando a primitividade. Quem não conhece a fome há de dizer: “Quem escreve isto é louco”. Mas quem passa fome há de dizer: —Muito bem, Carolina. Os gêneros alimentícios deve (*sic*) ser ao alcance de todos. (JESUS, p. 25 ,32, 2014)

Sua escrita apresenta uma perspectiva sensível e profunda sobre os desafios, dificuldades e aspirações de quem está envolvido neste ambiente difícil. Ela se tornou uma voz significativa para dar visibilidade a uma área da sociedade que é frequentemente ignorada. Suas palavras retratam não apenas sua própria vida, mas também as condições de vida de muitos brasileiros naquela época e agora.

Por assim dizer, e como já observado a pobreza é condição socioeconômica que abrange pessoas, famílias ou grupos comunitários, sem oportunidades e padrão de vida necessários para suprir suas necessidades básicas. Nesse sentido, irá analisar-se, a origem, objetivos e estratégias adotadas pelo programa Fome Zero e suas abordagens para findar a consequência da fome a partir de sua data de criação.

Segundo o Fome Zero: Uma História Brasileira (v.3, 2010), introduz a origem deste programa a partir de janeiro de 2003, “lançado pelo Governo Federal, despertou a consciência popular brasileira para o paradoxo da existência de milhões de famílias vivendo sem o suficiente para comer em um país de abundância de alimentos e com um “boom” do setor de exportação de produtos agrícolas”. O objetivo principal do Presidente Lula era acabar com a fome e a pobreza extrema, promover o crescimento econômico, aumentar a distribuição de renda, criar empregos, além de garantir que todas as crianças tivessem acesso à educação.

Mediante a isto, pode-se observar que esse esquema estratégico elaborado pelo governo, ainda está em seu processo de evolução. Isso foi projetado como um programa destinado a combater a fome e suas raízes profundas, que muitas vezes levam à exclusão

social. Posto isso, a abordagem do programa se concentra não apenas em aliviar a fome imediata, mas também em abordar as causas estruturais que a perpetuam, mudando assim não apenas à saciedade alimentar, mas também à promoção da igualdade social e ao combate à exclusão.

Aranha, (2010) em sua escrita salienta como o programa assegura os direitos a população:

“O Fome Zero é uma estratégia do Governo Federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada, priorizando as pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos. Esta iniciativa se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional e contribui para a erradicação da extrema pobreza e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. MDS: cidadania: O principal Ingrediente do Fome Zero. (Brasília (2005) apud Aranha (2010)

O objetivo do programa se dá por meio da ampliação e fortalecimento de vários dos programas já em vigor. Ele adota uma abordagem interdisciplinar com a intenção de promover uma maior colaboração com o setor produtivo, fomentando o desenvolvimento da agricultura e da economia local.

Como menciona a Cartilha Popular da Mobilização Social, Betto (2003), “o governo federal deu início ao programa "Fome Zero" com prioridade direcionada a cinco áreas específicas, a saber a região semiárida nordestina, os acampamentos e assentamentos rurais, a população que subsiste da coleta de resíduos em lixões, além das comunidades indígenas, bem como as comunidades quilombolas e descendentes de escravos.

A finalidade do programa, reflete uma abordagem que abarca tanto medidas imediatas quanto políticas de cunho estrutural, destinadas a enfrentar as raízes profundas da fome e da pobreza. Estas políticas incluem a promoção da criação de empregos, a reforma agrária, o acesso ampliado a serviços de saúde e educação, bem como investimentos em infraestrutura.

Contudo, essa abordagem holística busca não apenas atenuar a fome imediata, mas também abordar as questões sistêmicas que perpetuam a vulnerabilidade alimentar e a exclusão social.

Até ao ano de 2003, este operou por meio de três frentes principais, políticas públicas, juntamente, a construção participativa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que foi conduzida em colaboração com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) Betto (2003). Logo, trata-se de uma abordagem abrangente tanto sobre as causas estruturais da fome quanto a implementação de políticas efetivas para erradicá-la.

De forma complementar, após a extinção do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA)¹⁶, a iniciativa "Fome Zero" foi transferida diretamente para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2004. Desde então, o MDS passou a implementar alguns programas diretamente e a oferecer suporte financeiro a outros programas conduzidos por diferentes ministérios e entidades, utilizando recursos provenientes de seu próprio orçamento e de outras fontes, como confirma Aranha (v.3, 2010). Essa mudança marcou uma mudança no gerenciamento e na implementação do programa "Fome Zero", refletindo evolução na abordagem e implementação das políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil.

A respeito disso, várias políticas e ações são implementadas no que chamamos de Programa Fome Zero. De modo a incluir a criação de Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, que reúnem vários municípios para trabalhar em iniciativas coordenadas e incentivar a agricultura familiar com microcrédito. Isso posto, pode-se observar que há registros civis gratuitos em algumas regiões e políticas específicas, como o Programa Cartão Alimentação, Ações Emergenciais para grupos específicos, aquisição de alimentos da agricultura familiar, expansão da merenda escolar e o programa Bolsa Alimentação, que estão em quase todos os municípios do Brasil.

Até o momento, é caracterizado por ações conservadoras com um forte apelo humanitário, sem enfatizar claramente os direitos. Nesse sentido, ele não rompe com a lógica neoliberal, mantendo-se em uma linha tênue entre atender necessidades e garantir direitos. O maior desafio do programa reside na necessidade de construir mediações políticas entre a esfera social e o domínio público dos direitos e da cidadania. Essas mediações são cruciais para definir o campo de conflito e a disputa pelos significados de modernidade, cidadania e democracia.

O programa está inserido em uma sociedade onde as abordagens tradicionais de combate à pobreza frequentemente se baseiam em práticas clientelistas, favorecendo relações de dependência pessoal e reforçando a identidade de "pobre receptora". Superar essa lógica e mudar a percepção das políticas sociais é um desafio fundamental para o programa. Pois, no

¹⁶ O Fome Zero foi apresentado como um Programa de todo o governo, envolvendo todos os Ministérios. Inicialmente, contou com a estrutura do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – Mesa e do Consea. Posteriormente, em janeiro de 2004, passou a integrar as ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que reuniu as ações do Ministério de Assistência Social (extinto), do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e da Secretaria do Bolsa-Família, sendo empossado como seu titular o deputado federal e ex-prefeito da cidade de Belo Horizonte, Patrus Ananias. Fonte: MARÍA CARMELITA YASBEK, 2004

fio da navalha em que transitam, suas promessas de cidadania dependem grandemente da refundação da política como espaços de criação e generalização de direitos”, Telles, (p.22, 1998 apud YASBEK, 2004).

3.4 Bolsa Família: Um Programa de Transferência de Renda

No contexto brasileiro, o Bolsa Família foi criado em 2003 pelo governo para combater a pobreza e a desigualdade social, podemos caracterizá-lo como uma extensão, um objeto de atuação da estratégia do Fome Zero. Dessa maneira, milhões de famílias que enfrentam dificuldades financeiras foram atendidas por este, que é um dos maiores e mais bem-sucedidos programas de assistência social do mundo. Desde esse processo de criação desse projeto o país aumentou a participação da sociedade na construção, implementação e controle social da política brasileira.

Atendendo a este parâmetro, o Bolsa Família, é um programa de transferência de renda, que atende a 12,7 milhões de famílias. Este representa cerca de 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e é regulado pela Lei nº 10.836/2004 e pelo Decreto nº 5.209/2004. Há Indicadores de que foi estabelecido por meio da unificação de ações de transferência de renda do governo federal em 2003, incorporando o Programa Alimentação, o Auxílio-Gás e o então recentemente criado Cartão Alimentação, que evoluíram a partir da Bolsa Escola, Aranha (v. 2, 2010).

A construção deste programa surge como uma resposta às altas taxas de pobreza e desigualdade que afetam ocasionalmente o Brasil. Foi desenvolvido para melhorar as condições de vida das famílias mais pobres, fornecendo-lhes uma assistência financeira mensal baseada em compromissos de educação e saúde. O princípio do Programa Bolsa Família é que, embora ofereça apoio financeiro imediato, é essencial investir no crescimento humano e na interrupção do ciclo de pobreza por meio do acesso à educação e aos serviços de saúde.

Ainda segundo a autora Adriana Veiga Aranha (v.2, 2010) este atua por meio de eixos e traz uma concepção multidimensional e intersetorial em sua abordagem. Esses princípios fundamentais levam à formulação dos três pilares essenciais: a redução imediata da pobreza, alcançada por meio de transferências de renda; o fortalecimento do acesso aos direitos sociais básicos; e a promoção de oportunidades de desenvolvimento para as famílias, através da coordenação de programas complementares.

É interessante abordar que, para as famílias participarem do programa, as mesmas precisam estar incorporadas ao sistema de Cadastro Único. Este que por sua vez é um grande mapa das famílias de baixa renda no Brasil, no qual mostra ao governo quem essas famílias são, como elas vivem e o que elas precisam para melhorar suas vidas¹⁷. No entanto, este classificado como objeto de extensão do programa Fome Zero, tem sofrido com críticas e desafios enquanto aos seus processos relacionados à focalização e à eficiência da seleção de beneficiários, além do combate à fraude que também são levantadas regularmente.

Contudo, mesmo diante desses contratemplos o Bolsa Família tem alcançado resultados significativos desde sua implementação. Este ajudou a reduzir a pobreza extrema no Brasil e a melhorar o acesso à educação e à saúde para muitas famílias. Além disso, o programa teve um impacto positivo na economia, uma vez que a renda adicional nas mãos das famílias beneficiárias tem um efeito multiplicador, estimulando o consumo e o crescimento econômico.

Ao serem monitoradas pelos setores de saúde, educação e assistência social como parte das condições do Programa Bolsa Família, o direito destas ao acessar essas políticas é fortalecido. Das condições exigidas:

- Na educação: frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos; e frequência mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos;
- Na saúde: acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrízes na faixa etária de 14 a 44 anos;
- Na assistência social: frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes menores de 16 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil¹⁸.

Por fim, o Bolsa Família é um programa de transferência de renda que desempenha um papel importante na redução da pobreza e da desigualdade no Brasil. Embora esteja sujeito a debates e aprimoramentos constantes para atender ainda melhor aos desafios da

¹⁷ As famílias que vivem com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa podem e devem ser registradas no Cadastro Único. Fonte: Cadastro Único, 2023

¹⁸ ARANHA, Adriana Veiga. Fome Zero: Uma História Brasileira. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.2, p. 78, 2010.

pobreza no Brasil, ele tem sido um importante instrumento para a inclusão social e melhoria das condições de vida das famílias mais vulneráveis do país.

3.4.1 Avaliação do impacto do Fome Zero e Bolsa Família

Avaliar os impactos do programa “Fome Zero” e do “Bolsa Família” é fundamental para entender a eficácia dessas iniciativas do governo brasileiro no combate à pobreza, na redução da fome e na promoção do bem-estar social. Partindo desse pensamento, ambos os programas têm sido objetos de estudos e análises, e seus resultados são cruciais para ajustar as políticas sociais e garantir que eles atinjam seus objetivos.

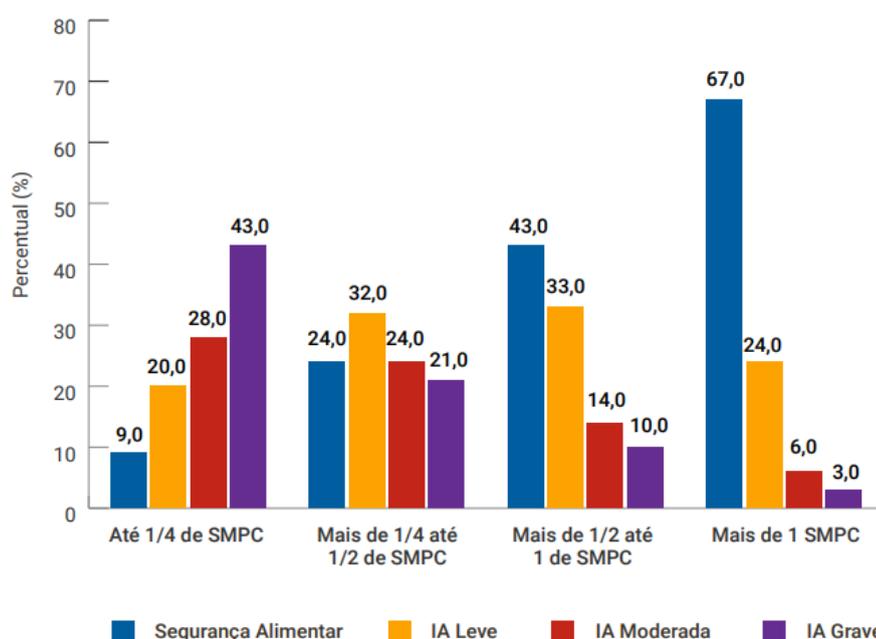
Os resultados da avaliação do "Fome Zero" mostram que ele contribuiu significativamente para a redução da fome e da insegurança alimentar no país. Os índices de desnutrição e subnutrição diminuíram, e muitas famílias tiveram acesso a alimentos de qualidade. Já o Bolsa Família, um programa de transferência de renda condicionada que visa atender as famílias mais pobres e vulneráveis do Brasil. Teve seu impacto amplamente treinado e documentado, os resultados das avaliações mostram que este teve diversos resultados positivos.

Sendo assim, o programa elevou as famílias beneficiárias, reduzindo a privação extrema, condicionado à frequência escolar e cuidados da saúde, melhorou o acesso à educação e cuidados de saúde, elevando a qualidade de vida das crianças. Contribuiu para diminuir a disparidade entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil, promovendo uma distribuição mais equitativa de recursos, estimulou o consumo de bens e serviços, impulsionando a economia local. Desse modo, o mesmo beneficiou mulheres, fortaleceu seu papel nas famílias e na tomada de decisões, promovendo a igualdade de gênero.

Levando em consideração a transferência de renda, e os níveis desta dentro dos parâmetros da Insegurança Alimentar no tempo vigente, podemos observar que há desempenho de um papel crucial na melhoria da segurança alimentar nas famílias beneficiárias e que tenham uma superior a 1 salário-mínimo. Em vista disso, ao avançarmos para a contemporaneidade, podemos observar os parâmetros utilizados no monitoramento da Segurança Alimentar, e dos níveis de Insegurança Alimentar. Dito isso, a disparidade no acesso à renda, aos recursos, aos serviços e às políticas públicas é uma das explicações mais claras para as desigualdades na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), como cita Maluf, (2022).

O autor conclui que, os domicílios com renda familiar per capita mais baixa têm uma maior probabilidade de ter dificuldade em acessar alimentos e sofrer com níveis mais graves de Insegurança Alimentar. Os dados apresentados na pesquisa do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, Maluf (2022) confirmam que mais de 90% dos domicílios que têm renda per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo experimentam algum grau de Insegurança Alimentar. Em contrapartida, em domicílios com renda per capita superior a 1 salário-mínimo, a Segurança Alimentar estava presente em 67,0% dos domicílios. É importante notar que nos domicílios de menor renda, 71,0% deles enfrentam restrições na quantidade de alimentos, e em 43,0% desses domicílios, os moradores vivenciaram a fome.

Gráfico 1 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, segundo as categorias de renda familiar mensal per capita (múltiplos de salário-mínimo per capita – SMPC), Brasil. II VIGISAN – Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



Ativar o W
Acesse Config

FONTE: Maluf (2022)

Conforme evidenciado, o rendimento familiar é um indicador sólido que permite prever com precisão a Segurança Alimentar e os níveis de Insegurança Alimentar. Além disso, ele serve como um indicador apropriado para avaliar e acompanhar o padrão de acesso aos alimentos na população. A renda familiar desempenha um papel fundamental na determinação da capacidade das famílias de suprir suas necessidades alimentares básicas.

Portanto, o monitoramento desse indicador é fundamental para entender e abordar as questões relacionadas à segurança alimentar. Além do mais, podemos constatar como a transferência de renda do Bolsa Família desempenha um papel crucial na melhoria da segurança alimentar das famílias beneficiárias, contribuindo para reduzir a fome e a insegurança alimentar, levando em consideração os dados apresentados acima.

3.4.2 Evolução das políticas de superação da fome no Brasil

É importante ressaltar que no contexto atual, a evolução das políticas de superação da fome no Brasil é um reflexo do compromisso do país em enfrentar um dos desafios mais prementes da sua história: a fome e a insegurança alimentar. Ao longo das últimas décadas, este empreendeu uma jornada notável de desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a erradicação da fome, culminando em programas de sucesso como o “Fome Zero” e o “Bolsa Família”, “Consea” e outros¹⁹.

Os avanços em meio às políticas de superação, de modo retrospectivo, podem ser mencionados em vários avanços inovadores como a Constituição Federal de 1988 marcou um ponto de partida importante, ao considerar a alimentação como um direito social. A posteriori, no início dos anos 2000 testemunhou-se a criação do Programa Comunidade Solidária, liderado pela então primeira-dama Ruth Cardoso, onde esse programa lançou as bases para iniciativas futuras, concentrando-se na atenção às comunidades em situação de vulnerabilidade²⁰. Logo, em seguida o governo lançou o Fome Zero e Bolsa Família, que abriu espaço para a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 2003, e a inclusão da sociedade civil no processo de formulação e avaliação.

Em síntese, o Brasil continua a fortalecer e aprimorar suas políticas de transferência de renda ao longo dos anos²¹, reforçando seu papel na redução da pobreza e da fome, além do Bolsa Família, surgiram outros programas estaduais e municipais semelhantes. Entretanto,

¹⁹ O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) é um órgão que fornece orientações diretas à Presidência da República. Através da Medida Provisória nº 1.154, de 2023, o Consea tem a responsabilidade de aconselhar o Presidente da República na elaboração de políticas e diretrizes para garantir o direito humano à alimentação. Fonte: Consea, 2023

²⁰ Fonte: Enciclopédia Jurídica da PUCSP, (2020)

²¹ Os programas de assistência social, dentre eles os programas de transferência de renda não-contributiva, passaram a ser concebidos como políticas públicas de Estado, deixando, por força de lei, de ter um caráter meramente assistencialista, transformando-se num direito de cada cidadão. Fonte: “ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA -ESAF CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA TRANSFERÊNCIA DE RENDA: Programa Bolsa Família e Cidadania MARLEY DURIEUX BRASÍLIA 2011”, [s.d.]

apesar dos avanços, o Brasil enfrentou nos anos que sucedem a 2016 desafios contínuos na promoção de políticas que promovam a geração de empregos e o desenvolvimento econômico sustentável.

Tendo em vista a desestruturação das políticas públicas nos governos Temer e Bolsonaro e devido ao covid19. Podemos notar que a evolução das políticas de superação da fome no Brasil ainda está longe de ser concluída, a inviabilização destas nos anos que decorreram, mostra o quão vulnerável estás ainda se encontram e o quanto precisa ser aplicado e ampliado para que isto não venha a ocorrer novamente. Se faz necessário constante adaptação e aprimoramento dessas políticas para enfrentar os desafios futuros e garantir um país mais equitativo e sem fome.

3.5 O Contexto Internacional das Políticas de Combate à Fome

É crucial reconhecer que a pobreza em nosso país está interligada com a pobreza em escala global, o que significa que a concentração de riqueza em nações economicamente mais poderosas desempenha um papel significativo. O avanço do neoliberalismo contribuiu para a ampliação da disparidade entre as camadas mais abastadas e as mais necessárias ao redor do mundo, conforme destacado por Betto (2004). No qual significa que as questões de desigualdade e pobreza não são apenas focais locais, mas fazem parte de uma dinâmica global mais ampla que influencia diretamente a distribuição de recursos e oportunidades no âmbito internacional.

No entanto, a REDE ODS BRASIL, 2018, evidencia um aspecto um tanto surpreendente nas ações políticas efetivadas no país:

O Brasil foi um dos países que mais contribuiu para o alcance global da meta A do ODM 1, reduzindo a pobreza extrema e a fome não apenas pela metade ou a um quarto, mas a menos de um sétimo do nível de 1990, passando de 25,5% para 3,5% em 2012.

Este resultado está diretamente relacionado ao fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) neste período. Um Sistema descentralizado e participativo, fundamentado na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

No entanto, desde 2016, o SUAS foi fortemente impactado pela Emenda Constitucional 95 e pelo desmonte de diversas políticas de proteção social. Se este quadro for mantido, o Brasil não conseguirá atingir as Metas do ODS 1, em especial as 1.3 e 1.b, e principalmente seu desafio mundial de erradicar a extrema pobreza, até 2030. (REDE ODS BRASIL, 2018)

Portanto, destaca-se a necessidade urgente de medidas para preservar e fortalecer o sistema de assistência social no Brasil, a fim de cumprir os compromissos internacionais de erradicação da pobreza e da fome. Caso contrário, o país corre o risco de não atingir essas metas críticas dentro do prazo previsto. Assim, é imperativo que o Brasil continue a investir em políticas de proteção social e logo abordar as preocupações relacionadas ao desmonte de políticas sociais

As graves consequências sociais da desigualdade global são evidentes: 816 milhões de pessoas (um sexto da população mundial) sofriam de insegurança alimentar; 1,2 bilhões não têm acesso à água potável; 2 bilhões vivem sem eletricidade; 854 milhões são analfabetos; 2,4 bilhões não têm acesso ao saneamento básico; e 880 milhões não têm acesso a cuidados de saúde (Pogge, 2002 apud Betto, 2004). Esses números demonstram como a desigualdade afeta a vida das pessoas, e mostram por que é necessário um esforço conjunto para resolver esses problemas sociais.

É notável, as organizações internacionais estão se movendo para a resolução da problemática da fome em todo o globo, ponto este evidenciado de maneira mais profunda no capítulo anterior. Nesse sentido, podemos considerar o papel da Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no combate à fome, estes por sua vez promovem a segurança alimentar, mobilizando recursos e promovendo a cooperação entre países. Há também programas como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU que têm metas específicas relacionadas à erradicação da fome e da má nutrição em todo o mundo.

No entanto, por mais que haja escopo para o extermínio da fome, nenhuma medida ainda foi capaz de solucioná-la. A desarticulação das políticas governamentais, a negligência em relação às necessidades da população brasileira, especialmente no que diz respeito à fome, pobreza e desigualdade, ainda representam sérios problemas. Destarte, pode-se destacar a ausência de uma base sólida e medidas de reforço necessárias para evitar que essas questões se agravem novamente, levando o Brasil de volta ao estado de insegurança alimentar.

4 DESCONTINUIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME E O REGRESSO DO MAPA DA FOME DA ONU: DE MICHEL TEMER A JAIR MESSIAS BOLSONARO.

Falar de Segurança Alimentar no Brasil se torna extremamente relevante, o que significa avaliar cada vez mais o quão vulnerável se encontra a estrutura econômica e social do país nos anos que sucedem a 2016. Em virtude, ao analisar as contradições existentes em território brasileiro pode-se observar os altos índices de produtividade do agronegócio brasileiro e o retorno do país ao mapa da fome. Em razão disso, apesar de ser um dos principais produtores de alimentos no mundo, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos no que diz respeito à garantia do acesso adequado e regular a alimentos para toda a sua população.

Neste capítulo é possível observar as causas da volta do Brasil ao regresso da fome e a desvalorização de políticas públicas nos governos Temer à Bolsonaro de 2016 a 2021. Consoante a isto, introdutoriamente no raciocínio de Baylis, Smith e Owens (2014) os autores citam que:

Assim como a pobreza, há muitas definições de fome e, portanto, muitas maneiras de entender sua extensão. Por exemplo, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) define a fome por meio de um modelo de 'entrada/saída', em que a comida (insumo calórico) é suficiente para manter o peso corporal e um nível de atividade física (saída) consistente com a longo prazo saúde. Outros métodos se concentram em pesquisas de renda e gastos familiares, enquanto outros ainda adotam uma visão mais comportamental, observando as percepções da fome (Gibson 2012, apud Baylis, Smith e Owens, pág. 397, 2014).

Como resultado, é necessário aumentar o alcance das políticas que visam melhorar a nutrição da população, bem como desenvolver mais estratégias para implementar a segurança alimentar e aumentar a compreensão das causas e consequências da insegurança alimentar.

De acordo com Cueva (1983), o desenvolvimento do capitalismo em regiões subdesenvolvidas e dependentes não segue leis "especiais" distintas das que regem o desenvolvimento capitalista em qualquer outro lugar. A questão de se pode ou não ocorrer "desenvolvimento" na América Latina carece de significado, uma vez que, no geral, o capitalismo tem se desenvolvido na América Latina a um ritmo até mais rápido do que em outras partes do sistema, e as estruturas de classe na região continuam evoluindo em direção a uma maior capitalização. Consoante a isto, a produtividade no agronegócio brasileiro é uma

realidade um tanto curiosa, visto que a controvérsias no que diz as classes sociais mais vulneráveis.

O Brasil é conhecido como um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, como todos sabem. O país alcançou marcos significativos no setor agrícola em 2021: Foi o maior exportador de soja do planeta com (91 milhões de toneladas); terceiro maior produtor de milho e feijão (105 milhões e 2,9 milhões de toneladas, respectivamente); mais de um terço da produção mundial de açúcar é gerado aqui, liderança absoluta no produto; e o maior volume de carne bovina exportada do mundo saiu daqui (2,5 milhões de toneladas), segundo dados fornecidos pela EMBRAPA (2022)²².

A indústria agrícola brasileira aumentou a produção de grãos em níveis impressionantes graças ao desenvolvimento de tecnologias avançadas e práticas de cultivo de alta eficiência. No entanto, essa produtividade impressionante contrasta com a recorrência do Brasil ao Mapa da Fome da ONU. A comida é abundante, mas milhões de brasileiros ainda sofrem de fome e insegurança alimentar. Essa aparente diferença mostra que existem grandes desigualdades na distribuição de renda e sem acesso a recursos no país. Ao mesmo tempo em que o agronegócio se expande, um grande número de pessoas ainda está lutando pela sobrevivência.

Os desafios relacionados à garantia de acesso adequado aos alimentos representam uma realidade preocupante no Brasil. O contexto de insegurança alimentar no país tem se agravado significativamente, com a fome atingindo níveis que remontam a 2004. Ademais, em um período de apenas dois anos, o número de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar grave saltou de 10,3 milhões para 19,1 milhões. Isso significa que quase 9 milhões de cidadãos brasileiros passaram pela angústia da fome em sua vida cotidiana²³.

²² Ciência e tecnologia tornaram o Brasil um dos maiores produtores mundiais de alimentos - Portal Embrapa, 2017.

²³ Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil - Determinantes Sociais da Saúde, 2021. Disponível em: <<https://dssbr.ensp.fiocruz.br/inseguranca-alimentar-e-covid-19-no-brasil/>>.

4.1 Desvalorização das Políticas Públicas de Combate à Fome nos Governos Temer e Bolsonaro.

A posteriori, a falta de acesso adequado aos alimentos no Brasil é profundamente preocupante, isso porque o país experimentou nos anos de 2016 a 2021 notáveis agravamentos e desvalorização nas políticas públicas para a alimentação, chegando a patamares de desnutrição alimentar não só vistos em classes sociais mais vulneráveis, mas também entre pessoas que não estavam em condições de pobreza.

A partir do final de 2016, com a ascensão de Michel Temer à presidência do Brasil, a segurança alimentar no país tem sofrido com certa fragilização e falta de proteção, devido a ações que enfraqueceram a agenda existente por meio de mudanças nas instituições e nos recursos financeiros disponíveis. Neste contexto, é importante destacar o desafio de garantir políticas de segurança alimentar baseadas nas novas medidas adotadas por este governo. Além disso, os anos seguintes não foram favoráveis aos programas de abastecimento alimentar devido às medidas seguidas por Jair Messias Bolsonaro, que assumiu a presidência imediatamente após o governo Temer.

A diminuição da eficácia dessas políticas, que são amplamente reconhecidas como medidas bem-sucedidas que ajudam a atingir o objetivo de eliminar a fome, e que desempenharam um papel crucial na remoção do Brasil do Mapa da Fome da FAO em 2014, causou mais dificuldades para os mais desfavorecidos ao obterem acesso a alimentos, segundo o Conselho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 de Alpino et al, (2020). Consoante a isto, o autor ressalta a preocupação diminuída da eficácia de políticas de combate à fome que têm sido amplamente reconhecidas, além disso, o declínio na eficácia de políticas públicas que cria obstáculos adicionais para os mais desfavorecidos na busca pelo acesso aos alimentos essenciais.

De maio a dezembro de 2016, o governo de Michel Temer implementou uma série de ações que causaram um impacto considerável nas políticas de desenvolvimento agrário e rural, as quais, até então, eram caracterizadas pela participação da sociedade e uma ênfase na inclusão social.

É certo que, houve sim desmonte e desvalorização de programas sociais e projetos de governo voltados para a nutrição alimentar de crianças, jovens e adultos, desde o ano mencionado acima. Está precarização alimentar estima que 45 milhões de crianças menores de 5 anos, passavam a maior crise de desnutrição no Brasil, fato este que aumentou os riscos

de morte de crianças em até 12 vezes mais²⁴. As políticas de acesso à alimentação evidenciaram a incompatibilidade presente no sistema capitalista brasileiro, de modo a analisar os retrocessos voltados aos governos Temer à Bolsonaro.

Assim, desenvolvendo também uma análise dos dois governos, a partir de Michel Temer, que foi marcado por rupturas programáticas e institucionais que afetaram a política nacional. Os cortes orçamentários e retrocessos em direitos previamente conquistados tiveram consequências práticas significativas, resultando na interrupção dos avanços na redução da fome, miséria e pobreza, bem como na promoção da segurança alimentar e nutricional, conforme observado pelo (Instituto de Estudos Socioeconômicos em 2017). O legado político desse período é controverso e levanta questões sérias sobre como equilibrar as agendas econômicas e sociais do Brasil.

Já os retrocessos observados durante o governo Bolsonaro, foram marcados por uma abordagem que prioriza fortemente o incentivo ao agronegócio, ao mesmo tempo que a agricultura familiar passasse a ser enfraquecida por este mesmo governo que ampliou a produção de grãos no país. A agricultura familiar, historicamente conhecida por colocar comida na mesa de milhões de brasileiros, viu-se em declínio a uma série de desafios, devido à falta de investimento e apoio governamental. Luciano e Corrêa sinalizam em sua autoria que:

Se o problema da fome volta a se aprofundar há alguns anos no Brasil, as escolhas políticas do governo Bolsonaro não representam nenhuma intenção de combater as desigualdades sociais que se aprofundam. A tônica deste projeto político vem sendo a redução dos incentivos aos pequenos produtores e a manutenção de fundos para o agronegócio, além da drástica redução de orçamento das políticas públicas voltadas à Segurança Alimentar e ao combate à fome. A Lei nº 13.986/2020, conhecida como “Lei do Agro” (resultado da conversão da Medida Provisória nº 897/2019) criou mais facilidades para a burguesia rural no acesso a créditos, desoneração das contribuições à Segurança Social, entre outros benefícios, além da abertura do financiamento do setor com capital estrangeiro (BRASIL, 2020a). O Plano Safra 2020/2021 prevendo R\$ 236,3 bilhões para o agronegócio (BRASIL, 2020b), R\$ 13,5 bilhões a mais que o anterior (BRASIL, 2019a), não contempla a agricultura familiar, setor que produz os alimentos dos/as brasileiros/as. (Luciano & Corrêa, p. 480, 2022a)

Há evidências e preocupação em torno do aprofundamento da fome e desigualdades sociais no Brasil nos últimos anos. À medida que o país enfrenta desafios políticos,

²⁴ Fome cresce no mundo e atinge 9,8% da população global. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/07/1794722>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

econômicos e ambientais, a fome se tornou uma realidade cada vez mais presente para uma parcela significativa de sua população, unido ao desmonte das políticas públicas e início de pandemia no ano de 2020 no Brasil.

Ademais, o presidente Jair Bolsonaro tomou uma medida significativa em janeiro de 2019, em um dos primeiros atos de sua gestão, que teve um impacto significativo na segurança alimentar do Brasil, como apontado no livro *Da fome a fome: diálogos com Josué de Castro*. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), uma entidade vital para melhorar os programas federais de segurança alimentar, foi extinto pelo governo neste ano, este foi reconhecido internacionalmente como um exemplo eficaz em plataformas globais dedicadas a esse assunto.

Além disso, a agricultura familiar, que é responsável por grande parte da produção de alimentos que chega às mesas das famílias brasileiras, teve impactos profundos. De modo, que a distribuição e a produção de alimentos foram afetadas diretamente, como o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), que sofreu descontinuação em suas políticas de alimentação, sendo substituído pela programa Alimenta Brasil, no qual impactou diretamente nas suas distribuições de alimentos.

Assim, examinou-se os efeitos e mudanças causadas pelo programa nos processos produtivos, incluindo expansão, valorização regional e revitalização da diversificação da produção, segundo Chmielewska, Souza e Lourete (2010), Grisa et al. (2011) e Delgado (2013) apud SCHMITZ, (2017). Essa pesquisa também evidenciou as mudanças que ocorreu na estrutura organizacional dos agricultores familiares. No qual, demonstrou-se que as cooperativas e associações são uma forma de organização significativamente maior, com o PAA²⁵.

Desde o seu fim, pode-se observar que houve muitas mudanças no que diz respeito aos acessos, recursos, fortalecimento de culturas, associações e agricultores familiares que dependia do programa para sobreviver. Estes, dependentes dessa política, retornaram a um nível semelhante ao que se encontravam antes de seu surgimento, vivenciando descasos, vulnerabilidades, falta de acesso e investimento nos seus produtos advindos da agricultura familiar.

²⁵ SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. DA; SOUSA, G. M. O fim do Programa de Aquisição de Alimentos: reviravoltas para mulheres extrativistas em Sergipe. *Política & Sociedade*, v. 15, p. 80, 14 mar. 2017.

Nessa mesma reflexão, podemos mencionar também o encerramento do Bolsa Família, programa de assistência social essencial para famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade, também teve consequências graves, onde muitos careciam desse suporte para garantir acesso a alimentos e recursos básicos.

Em suma, as decisões tomadas em relação à segurança alimentar e aos programas sociais tiveram um impacto substancial no Brasil, afetando a disponibilidade de alimentos, especialmente para as famílias mais vulneráveis. A extinção do CONSEA e a redução dos programas de apoio à agricultura familiar e assistência social deixaram um fardo que precisa ser abordado para enfrentar os desafios persistentes da fome.

A volta da fome ao Brasil é uma realidade alarmante que, de forma irônica, surge em meio a um contexto de negligência política. Mediante a este viés, as políticas de segurança alimentar enfrentam desafios significativos desde os governos Temer, as buscas por redução de gastos públicos somado a valorização em outras áreas, principalmente as que beneficiam as classes sociais mais ricas, onde promoveu cortes em programas sociais que historicamente desempenharam um papel importante na erradicação da fome.

Ladislau Dowbor de Campello e Bortoletto (2022) demonstra que, com um PIB de 7,3 trilhões de reais em 2019 e uma população de 212 milhões de habitantes, o Brasil produz o equivalente a onze mil reais mensais por famílias de quatro pessoas. O mesmo aponta que não há nenhuma razão econômica para a pobreza, a desigualdade e a fome no país, esse desinvestimento, aliado à erosão das proteções ambientais, gera uma contradição complexa, no qual um país com grande potencial alimentar de sua população está falhando em garantir que cada cidadão tenha acesso a uma dieta adequada.

4.2 Contradições entre a Produtividade do Agronegócio e a Persistência da Fome no Brasil

A abordagem marxista oferece uma análise crítica das contradições inerentes ao sistema neoliberal, particularmente agravadas pelo contínuo avanço do capitalismo ao longo dos anos. Destarte, mesmo diante do Brasil se destacando como o principal exportador mundial de soja em grãos e ostentando um setor agroalimentar moderno e altamente tecnológico, a alarmante regressão dos índices de fome aos níveis próximos aos de 2004 coloca em destaque as profundas contradições existentes. Marx resumiu a questão da seguinte maneira:

“Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista”. (Marx, p.469, 2013^a)

Essa aparente incoerência aponta para questões cruciais relacionadas à distribuição de recursos, ao acesso aos alimentos e à desigualdade estrutural, revelando que o progresso econômico e a erradicação da fome são metas que frequentemente divergem no contexto do atual sistema global. Em destaque,

“O problema não é a existência de um excedente populacional insustentável, como apregoam as teorias de inspiração malthusiana muito em voga nos meios reacionários. Não existem dificuldades materiais insuperáveis que expliquem a fome. Sabe-se perfeitamente que há muito tempo a capacidade de produção de alimentos é mais do que suficiente para satisfazer toda população mundial. Hoje, ela é mais do que o dobro da necessária”. (Sampaio, p.1, 2012)

Consequentemente, ao investigar a formação histórica da problemática da fome, com o propósito de situar as relações internacionais e as contradições do sistema econômico neoliberal, observa-se que tais abordagens e perspectivas teóricas destacam que não há problemas materiais insuperáveis que justifiquem a fome. Isso significa que, atualmente, a humanidade possui tecnologia e recursos para produzir alimentos em quantidades mais do que suficientes para atender às necessidades de todo o mundo, e que o sistema é desprovido.

Nesse contexto, a teoria crítica marxista oferece uma compreensão abrangente das condições de justiça social e da necessidade de superar a desigualdade, que tem contribuído para a perpetuação da miséria e da pobreza no país. Essa perspectiva teórica enfatiza a base material da sociedade, sua estrutura econômica e suas relações de produção como elementos fundamentais para esta análise.

Sendo assim, observa-se que o estudo das relações internacionais está intrinsecamente conectado ao sistema econômico global, uma vez que as nações interagem em uma rede complexa de comércio, investimento e colaboração. Nesse contexto, as políticas econômicas adotadas por cada país desempenham um papel fundamental na maneira como eles se posicionam e interagem no cenário internacional. Isso também é evidenciado na análise da

fome no Brasil, que é um problema não exclusivo do país, mas sim um desafio global que requer esforços consideráveis e medidas econômicas abrangentes para ser superado.

Levando em consideração, ADAS (1938) fala que, “as transformações capitalistas ocorridas ao longo das últimas décadas não melhoraram as condições de vida de grande parcela da população brasileira, ao contrário, agravaram-nas”. Essa perspectiva introduz a percepção de um estado culposo no que diz respeito a uma nutrição mais segura para a população carente.

Em detrimento disso, o Brasil é o maior exportador de soja em grãos do mundo, essa conquista econômica reflete a notável capacidade do país em produzir commodities agrícolas em larga escala e exportá-las para mercados globais,

A produção do grão da soja está entre as práticas econômicas que apresentaram maior crescimento nas últimas décadas. Tal fato pode estar atribuído a inúmeros fatores, entre eles, o desenvolvimento e estruturação de um comércio internacional vinculados com o comércio de produtos agroindustriais da soja; a solidificação da oleaginosa como fonte de proteína vegetal, entre outros. (HARAKIRI, 2014 apud FERNANDEZ & PINHEIRO, p.55-56, 2019)

Os mesmos refletem que o país aproveita as vantagens competitivas que possui em relação a outros países e tem investido em tecnologia para adaptar sua cultura às condições brasileiras, este processo tem sido liderado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Entretanto, há fatores que exemplificam que apesar do setor agroalimentar ser considerado moderno e altamente tecnológico, ainda apresenta contradições profundas.

A priorização do agronegócio em detrimento dos pequenos produtores argumenta a preferência do governo que tornou ainda mais fácil a concentração de terras e recursos nas mãos de poucos e grandes agricultores, como foi abordado anteriormente. Além disso, a falta de apoio à agricultura familiar, que é responsável por produzir grande parte dos alimentos consumidos pela população brasileira, intensifica a insegurança alimentar, no qual contribui para um aumento da fome no país.

A conexão entre o desafio da fome e a abordagem teórica de cunho marxista destaca como essa questão é enraizada nas estruturas sociais e contribui para a existência contínua da pobreza e das disparidades, progredindo ao longo da sociedade. Pensando nisso, o Instituto Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN, 2022) destaca que: O ato de comer nunca é uma ação neutra, é obrigatória, é restrita à sua herança biológica, revestindo-se de sentidos, símbolos e valores expressos em escolhas e práticas alimentares.

Isso sugere que a formação humana e o seu desenvolvimento, dependem de qualidade nutricional, e a sua escassez condiciona uma série de consequências negativas, a desnutrição, ciclo de pobreza, instabilidade social, aumento da desigualdade e impacto econômico. A atuação do Estado se torna um ponto importante a ser considerado, no qual acaba por privilegiar o setor do agronegócio em detrimento de outros setores da sociedade, especialmente os mais independentes. Logo, o sistema capitalista atribui força à sistematização e desenvolvimento do agronegócio exportador.

A incoerência existente no novo sistema neoliberal, o seu avanço e seu desenvolvimento ao longo dos anos no mundo todo, intensificou os problemas sociais já existentes. Nesse sentido, a sociedade civil vislumbra o declínio do seu nível alimentar e vê o Brasil voltar ao mapa da fome novamente em meados de 2018.

4.3 A volta do Brasil ao mapa da fome

Para entender melhor a volta do Brasil ao mapa da fome em 2018, Vasconcelos (2023), fala sobre como Josué de Castro apresenta uma perspectiva abrangente na obra "Geografia da Fome", onde seus conceitos são importantes e revelam a complexidade da questão da fome no Brasil. Um deles é o de "áreas alimentares", que são áreas geográficas que têm características alimentares distintas, onde os produtos regionais específicos influenciam as dietas desses locais, além de seus recursos e características biológicas e socioculturais. Os residentes desses locais refletem essas influências em suas escolhas alimentares e características biológicas.

Neste contexto, o autor explica que Josué de Castro enfatiza as "áreas de fome endêmica". Esses locais são onde pelo menos metade da população sofre com deficiências nutricionais persistentes ao longo do tempo. Além disso, as "áreas de subnutrição", que são áreas onde os desequilíbrios e deficiências alimentares afetam grupos específicos da sociedade, mesmo que isso não afete a maioria. Essa distinção enfatiza o fato de que a fome e a desnutrição podem ter um impacto disparado em diferentes regiões de um país.

Por fim, Vasconcelos (2023) demonstra a ideia de o "mosaico alimentar brasileiro" em que Josué de Castro enfatiza a variedade de dietas que o Brasil tem. A diversificação resulta da variedade de recursos naturais, como alimentos, encontrados em várias regiões do Brasil, bem como das influências das diferentes etnias que formaram o país. É uma maneira de mostrar a diversidade cultural e gastronômica do Brasil e, ao mesmo tempo, enfatizar a importância de compreender e resolver as disparidades nutricionais em todo o país.

Por meio desses conceitos e do mapeamento da fome no Brasil, fornece uma visão abrangente e interconectada dos problemas alimentares que o Brasil enfrenta, enfatizando a importância de considerar aspectos culturais e geográficos, bem como econômicos, na luta contra a fome e a desnutrição.

Em razão disso, o Mapa da Fome é um importante documento internacional mantido pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) desde 1990. Este mapa periódico mostra como as coisas estão com a alimentação em vários países, destacando que muitas pessoas estão consumindo mais calorias do que é necessário para uma vida saudável.

No entanto, todos os países desejam sair dessa situação desfavorável. Um país deve ser excluído da lista se cumprir um requisito específico: menos de 5% de sua população deve estar sofrendo com uma ingestão inadequada de calorias. Essa métrica é essencial para acompanhar o progresso no combate à fome e à desnutrição em todo o mundo.

Segundo a divulgação regular do Mapa da Fome pela (FAO) é um chamado à ação e um sinal do compromisso internacional em resolver os problemas de segurança alimentar. Para que assim, a comunidade global trabalhe em conjunto para promover a igualdade no acesso a alimentos saudáveis e adequados em todos os países. De modo que, isso é feito estabelecendo metas claras e mensuráveis.

Em virtude disso, o Mapa da Fome da FAO não apenas identifica áreas de preocupação, mas também estabelece um padrão importante para a melhoria das condições alimentares em todo o mundo, incentivando os países a trabalharem incansavelmente para garantir que menos pessoas vivam com fome e desnutrição.

Diante o exposto, o país alcançou sim um marco significativo ao sair do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014. De modo, a evidenciar estratégias de segurança alimentar e nutricional que foram inovadoras desde meados da década de 1990 desenvolvidas para esse sucesso. No entanto, mediante a publicações feitas pela Agência Senado (2022), desde 2015 o caminho para acabar com a fome mudou significativamente.

O retorno dessa nação ao Mapa da Fome ocorreu de maneira preocupante e ficou ainda mais grave com o início da pandemia de COVID-19, que devastou o mundo em 2020. Durante os últimos dois anos, uma pandemia causou danos irreparáveis à segurança alimentar

da população, aumentando as vulnerabilidades existentes e aumentando a gravidade do problema²⁶.

A situação de fome no Brasil é agora semelhante à da década de 1990, onde essa descoberta é alarmante e levanta dúvidas sobre o que está atrasando o progresso do país no combate à subnutrição.

Essa aparente contradição destaca a complexidade da questão da fome e da segurança alimentar, que envolve vários fatores logísticos e socioeconômicos, além da produção de alimentos:

Na análise da IA grave, que atinge grande parte da população brasileira, alguns estados se destacam, com altas prevalências em suas respectivas regiões. Da população que convive com a fome na região Norte, 2,6 milhões de pessoas estão no estado do Pará, enquanto na região Nordeste 2,4 milhões vivem no Ceará; 2,1 milhões no Maranhão e em Pernambuco; e 1,7 milhão de pessoas na Bahia. O Sudeste é a região mais populosa do País e tem, em números absolutos, o maior contingente de pessoas passando fome, das quais 6,8 milhões em São Paulo e 2,7 milhões no estado do Rio de Janeiro. Entretanto, considerando o total das populações de cada macrorregião, a maior proporção daqueles que convivem com a fome é de moradores das regiões Norte e Nordeste do país. (REDE PENSSAN, p.35, 2022).

O Instituto faz menção a uma análise da situação do Brasil em relação à insegurança alimentar grave, em que mostra números alarmantes, no qual o problema se estende por toda a nação. Essa análise não mostra apenas a gravidade da situação, mas também o que é necessário para enfrentar esse problema e garantir que todos tenham acesso a uma alimentação saudável e suficiente.

Além disso, o desemprego, além do nível de renda, é um componente crucial no Índice de acesso à insegurança alimentar das famílias e na condição de vulnerabilidade social. No entanto, é importante observar que a sua influência é notavelmente diferente em diferentes áreas geográficas.

Outrossim, como um importante indicador de vulnerabilidade social, o desemprego interage de maneira complexa com outros indicadores socioeconômicos. As dificuldades enfrentadas pelas famílias podem ser agravadas ou aliviadas pelo seu acesso a recursos essenciais e oportunidades de crescimento. O Instituto de Pesquisa PENSSAN, também demonstram como isso acontece em cada estado do território brasileiro:

Assim, a proporção de chefes de família desempregados no estado do Amazonas é de 14,0%, bastante superior aos 8,3% relativos ao conjunto da região Norte. Por sua vez, o nível de desemprego em Alagoas, de 12,0%, está muito acima dos 7,7% da

²⁶ Agência Senado: Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos

região Nordeste. De forma semelhante em São Paulo, esse indicador é de 10,6%, enquanto na região Sudeste é de 9,2%, situação observada também na comparação entre o Rio Grande do Sul, com 8,7%, e o conjunto da região Sul, com 5,4%. Destaca-se, por fim, o Distrito Federal, onde essa proporção chega a 8,6%, enquanto no Centro-Oeste é de 5,9%. (Rede Penssan, p. 32, 2022)

No entanto, as variações na prevalência e nas consequências do desemprego em diferentes macrorregiões enfatizam a necessidade de métodos específicos e contextualizados para lidar com esse problema. Assim como, para implementar políticas de inclusão social e econômica, considerando as particularidades de cada localidade.

O Estado em sua totalidade deveria atuar como regulador das relações sociais, no entanto, acaba privilegiando excessivamente o agronegócio em detrimento de outros setores da sociedade, especialmente os que envolvem pessoas mais vulneráveis. O sistema neoliberal por assim dizer, atribui força a sistematização e desenvolvimento do agronegócio exportador e ainda que haja a expansão dessas fronteiras agrícolas, ainda assim não há garantia para o fornecimento de alimentos para as populações que sofrem com a fome, MIRANDA. A. C. et al, (2007). Este também evidência em sua autoria que:

A elevação do preço da soja no mercado internacional e a promessa de maior produtividade e mais baixo custo de produção, oferecidos pela soja transgênica, foram os fatores responsáveis pelo aumento observado nesta monocultura. A opção do governo brasileiro pelo incentivo à produção de soja como uma commodity fez do Brasil um dos maiores produtores mundiais deste cereal, com sua produção basicamente destinada à exportação, visto que este produto não faz parte da cultura alimentar do brasileiro. (MIRANDA. A. C et al, p.9, 2007)

Portanto, coloca em destaque os fatores cruciais que impulsionaram o aumento da produção de soja no Brasil e sua ascensão como um dos principais produtores mundiais. No entanto, é importante ressaltar que, apesar desse status de liderança na produção, o país enfrenta uma peculiaridade preocupante, onde paradoxalmente, não consegue suprir sua própria população com alimentos provenientes desse cultivo.

Consoante ao pensamento de Luiz Filgueiras (2018), interpela o conceito e padrão de reprodução do capital a partir da análise do capitalismo brasileiro, e indica sua insuficiência para captar sua complexidade e seus níveis de concreção. Cabe evidenciar, que é uma questão central do padrão de reprodução do capital, ou mais especificamente, de como o capitalismo perdura e se desenvolve ao longo do tempo.

A desconstrução do novo consenso que revela como as relações sociais no capitalismo contemporâneo não só garantiu a sobrevivência das leis fundamentais que regem este sistema

económico, mas também introduziram, sob aparentemente novos disfarces, uma expansão da exploração e do domínio. Isso destaca como as estruturas subjacentes do capitalismo persistem, apesar das mudanças superficiais que podem ocorrer em sua forma. Essa abordagem centra-se na forma como o sistema econômico atual cria desigualdades e marginaliza alguns grupos sociais, MARTINS e OLIVEIRA (2007).

É certo que não há prioridade mais crítica e iminente do que erradicar a fome que afeta milhões de pessoas no Brasil e no mundo. No entanto, podemos observar que as medidas necessárias para que isso aconteça, estão sendo desvalorizadas. Não obstante, o governo federal, o maior provedor e responsável por estas razões, desmantelou um importante conjunto de medidas de amparo social, ou que deveriam garantir a preservação das políticas públicas em esfera nacional.

Esse desenvolvimento reflete a importância crítica de reavaliar e fortalecer estratégias para enfrentar os desafios persistentes da fome e da insegurança alimentar, a fim de garantir que os benefícios das políticas de sucesso cheguem de forma eficaz às camadas mais vulneráveis da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, vários estudiosos e especialistas vieram intencionalmente chamando a atenção para o agravamento e vulnerabilidade do contexto da fome. Dessa forma, esclarecendo a limitação na renda familiar e o processo de desvalorização de políticas públicas, na vida de muitos brasileiros, este exercício resultou no pouco acesso à alimentação e nutrição saudável. Ao longo deste trabalho, foi aprofundada as complexidades da problemática da fome e miséria no Brasil, analisando seu ressurgimento, as contradições existentes no setor agroalimentar do país e as discontinuidades nas políticas públicas de combate à insegurança alimentar.

Nesse cenário, sabe-se que para manter uma boa nutrição e saúde, deve-se manter a segurança alimentar. Nesse sentido, se observou que é extremamente necessário o desenvolvimento de políticas e programas que visem aumentar e promover a segurança alimentar, levando em consideração a compreensão da incidência e distribuição da insegurança alimentar, bem como sua conexão e impacto na saúde e no estado nutricional das populações.

Com base nisso, este estudo teve por finalidade, trazer uma análise aprofundada da complexa disparidade presente no sistema neoliberal e sua relação com o sistema de abastecimento alimentar no Brasil. O fundamento deste, incluiu uma investigação das origens históricas das instituições internacionais, seus papéis como organizações e o papel das políticas públicas nacionais para alimentação na sua fase de interrupção.

Ao analisar os capítulos, que foram discutidos anteriormente, o trabalho expôs os níveis de atendimento das organizações, seus desafios enfrentados e as soluções adotadas para lidar com essa situação emergencial. Tendo em vista que, os resultados anunciam a situação vulnerável em que o sistema neoliberal se molda, de modo em que a ordem agroalimentar é capaz de produzir em quantidades suficientes, porém incapaz de alimentar o próprio país.

A ressurgência da fome no Brasil, situou-se como uma questão que antecedeu a pandemia de COVID-19 e que se intensificou durante o governo de Jair Bolsonaro. Dessa maneira, pode-se relacionar o problema da fome ao contexto agroexportador global e ressaltando assim a importância das Relações Internacionais neste interim.

Ao adotar a perspectiva teórica fundamentada na análise marxista, o primeiro capítulo examinou a determinação ontológica da realidade social, onde forneceu uma base teórica consistente. Diante disso, a pesquisa trouxe para reflexão o papel das agências da ONU, como

a FAO, o FIDA e o PMA, na luta contra a fome, contextualizando sua história e analisando os seus períodos.

A influência do capitalismo neoliberal nas políticas de alimentação evidenciou as mudanças ocorridas durante os governos progressistas e a crise alimentar subsequente ao golpe institucional. Ademais, se teve a necessidade de priorizar discussões em torno desta problemática nos cursos de graduação, especialmente nas Relações Internacionais, em que se destaca a importância de garantir o direito de se alimentar, onde pode-se observar a promoção de políticas públicas que assegurassem uma alimentação saudável para todos os cidadãos.

Durante a construção do trabalho, pode-se observar a trajetória e formação das organizações internacionais, desde o reconhecimento global da fome até os esforços atuais. Tudo isso, para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de acabar com a fome até 2030, onde destaca a importância da cooperação global e dos acordos internacionais. Assim, sem deixar de lado a evolução da FAO, desde sua fundação após a Segunda Guerra Mundial até suas iniciativas atuais de promoção de práticas agrícolas sustentáveis, que vêm demonstrando sua relevância ao longo do tempo.

Além disso, o papel crucial do FIDA, criado em 1977, na luta contra a insegurança alimentar, concentrando esforços em comunidades rurais vulneráveis e adotando uma abordagem inclusiva, especialmente em relação às mulheres rurais. Esta análise histórica contribuiu principalmente para compreender não apenas a complexidade do problema da fome, mas também as estratégias adotadas ao longo do tempo para combatê-la. Nesse sentido, abordar as causas e consequências, evidencia a importância de enfrentar questões estruturais, como desigualdades, pobreza, miséria, além da expansão da agricultura industrial, impactos de conflitos armados e mudanças climáticas.

Essas reflexões reforçam a necessidade de ações integradas e políticas efetivas para construir um mundo mais equitativo e sustentável. A análise conjunta desses capítulos destacou a importância crucial de abordagens globais e de cooperação internacional na busca por soluções rigorosas para o desafio persistente da fome.

A compreensão aprofundada das políticas públicas específicas para a superação da fome no Brasil, com destaque para os programas "Fome Zero" e "Bolsa Família", situa o leitor da sua importância como instrumento governamental para impactar positivamente a vida dos cidadãos em diversas áreas de interesse público. Ao contrário, do que o período de 2016 a 2021, mostra, no que diz respeito ao foco nas políticas de segurança alimentar descontinuadas.

A evolução das políticas públicas de superação da fome no Brasil, sublinham o sucesso inicial do país em sair do mapa da fome em 2014, porém, seguido por seu retrocesso nos anos subsequentes devido a mudanças de governo, juntamente às prioridades adotadas no novo governo. Desse modo, os desafios crescentes, juntamente ao contexto da pandemia de Covid-19, levaram o Brasil de volta a este contexto social. Logo, ao discutir o papel crucial do Estado e da sociedade na resolução do déficit histórico da fome, o capítulo elucida os programas e suas contribuições significativas para a redução da subalimentação, e a promoção da agricultura sustentável e o ensino de nutrição.

O programa "Fome Zero" aponta desafios necessários na construção de mediações políticas mais eficazes, superando práticas clientelistas e promovendo uma visão mais ampla das políticas sociais. Já o programa "Bolsa Família", obteve resultados positivos na redução da pobreza extrema, com estímulo à economia e promoção da igualdade de gênero. De maneira que, o impacto desses programas evidenciou resultados positivos na elevação das famílias beneficiárias, com acesso à educação e saúde, redução da disparidade entre ricos e pobres e estímulo ao consumo e crescimento econômico.

Contudo, a evidências de que os desafios ainda se fazem presentes e persistentes na contemporaneidade, de modo que a desarticulação das políticas governamentais e o desmonte de políticas sociais, demonstra a necessidade urgente de medidas para preservar e fortalecer o sistema de assistência social. A importância de conjuntos de esforços, tanto no âmbito nacional quanto internacional, se faz necessária para enfrentar as questões relacionadas à fome, pobreza e desigualdade.

A necessidade de adaptação e aprimoramento contínuo das políticas foi ressaltada, para garantir um país mais equitativo e sem fome. Dessa forma, apresentando uma visão abrangente e crítica das políticas públicas brasileiras relacionadas à fome, destaca-se desafios, sucessos e a necessidade de ações contínuas para alcançar um futuro mais justo e igualitário.

A complexidade da definição de fome, adotando a perspectiva da FAO, destaca a insuficiência calórica como classificações, apesar dos avanços na produção agrícola. A desvalorização das políticas públicas de combate à fome nos governos selecionados fragilizou a segurança alimentar, evidenciando cortes em programas sociais e projetos de nutrição. A análise crítica, fundamentada na abordagem marxista, destaca as contradições entre a produtividade do agronegócio e a persistência da desigualdade estrutural na distribuição de recursos.

Sendo assim, a uma certa importância em relatar a compreensão das relações internacionais e das contradições inerentes ao sistema econômico neoliberal para abordar a

fome como um desafio global. Essa relação entre a agricultura familiar, a insegurança alimentar e o aumento da fome, testemunha a perspectiva teórica marxista, no que diz o entendimento de suas estruturas sociais subjacentes. Isso porque a atuação do Estado, privilegia o agronegócio em detrimento de setores mais independentes, onde o aponta como um perpetuador de desigualdades.

Por fim, torna-se essencial reavaliar e fortalecer estratégias para enfrentar desafios persistentes de fome e insegurança alimentar, especialmente em benefício das camadas mais vulneráveis da população. Assim, se entende a necessidade de políticas públicas específicas para cada região, superando as desigualdades estruturais e construindo uma abordagem mais eficaz para garantir uma alimentação adequada para todos.

Ao longo da análise, nos deparamos com desafios significativos, como a fragilização das políticas públicas nos governos de transição, a priorização do agronegócio em detrimento da agricultura familiar, o desmantelamento de programas sociais e a persistência de desigualdades estruturais. Em resposta a esses desafios, se comprova a necessidade de reavaliar e fortalecer estratégias para enfrentar esses persistentes desafios. De modo que, reforça a importância de políticas públicas coordenadas, priorizando a segurança alimentar e promovendo o engajamento cívico.

A necessidade de esforços conjuntos, tanto nacionais quanto internacionais, propõe a reavaliação e fortalecimento de estratégias para o enfrentamento destes. Uma análise abrangente e crítica da recorrência da fome no Brasil, identificando contribuições significativas para a compreensão do problema, mostra a relevância técnico-científica da pesquisa. Posto que, seus impactos sociais, ambientais e econômicos, emergem como elementos cruciais no debate de políticas públicas e a promoção da segurança alimentar no país.

Algumas possibilidades de melhoria e de continuação a partir de futuras pesquisas, podem incluir a capacidade de um estudo de caso mais aprofundado, envolvendo uma perspectiva mais vasta e direcionada aos moradores de rua e suas percepções sobre a fome, como sobrevivem no dia a dia, e os desafios para alimentação diante desta situação, envolvendo pesquisa e entrevistas. Além disso trazer uma abordagem mais estruturada e minuciosa dos impactos da pandemia na segurança alimentar e o papel da sociedade civil na formulação e execução de políticas alimentares durante este período, se torna um ponto a ser considerado. Logo, também investigar como grupos de interesse, organizações não governamentais e movimentos sociais contribuem ou podem contribuir para a promoção da

segurança alimentar e como poderia oferecer insights valiosos sobre abordagens mais inclusivas e eficazes.

Portanto, ao considerar essas oportunidades de pesquisa, é fundamental reconhecer a complexidade e a interconexão dos fatores que afetam a insegurança alimentar. Essas sugestões de pesquisa podem contribuir para uma compreensão mais completa e informada, não apenas das políticas públicas em si, mas também dos contextos sociais, econômicos e políticos mais amplos que moldam a resposta do Brasil à persistente questão da fome. Essas direções de pesquisa têm o potencial não apenas de expandir o conhecimento existente, mas também de informar a formulação de políticas mais eficazes e socialmente responsáveis.

REFERÊNCIAS

A Trajetória Do Programa Que Tirou O Brasil Do Mapa Da Fome. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/a-trajetoria-do-programa-que-tirou-o-brasil-do-mapa-da-fome>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

ALENCAR, Á. G. DE. Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 44, n. 1, p. 137–144, jan. 2001.

ALPINO, T. DE M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 8, p. e00161320, 2020.

ARANHA, Adriana Veiga. Fome Zero: Uma História Brasileira. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.3, 2010

ARANHA, Adriana Veiga. Fome Zero: Uma História Brasileira. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.2, 2010

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (AG). Declaração Universal Dos Direitos Humanos. Resolução nº217 (III), 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423>. Acesso em: 09 de outubro de 2023

BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia (Ed.). The Globalization of World Politics: an introduction to international relations. 6 Ed. Oxford: Oxford University Press, 2014.

BBC News. Nobel da Paz: a história do Programa Mundial da Alimentação, organização de combate à fome que recebeu o Nobel da Paz. BBC News Brasil, 9 outubro 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54487800> . Acesso em: 24 de setembro de 2023.

BBCNEWS. A história do PMA, programa de combate à fome que recebeu o Nobel da Paz - BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54487800>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

BETTO, Frei. FOME ZERO: textos fundamentais. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Cadastro Único. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>>. Acesso em: 30 out. 2023.

Cadastro Único. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

CAMPELLO, Tereza, BORTOLETTO, Ana Paula. Da fome a fome: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Elefante, 2022.

CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula. DA FOME À FOME diálogos com Josué de Castro. 1 ed. São Paulo: Elefante, 2022.

CASTRO, Josué. Geografia da fome. 10ª edição, Rio de Janeiro: Antares, 1980. Geopolítica da fome. São Paulo: Brasiliense, 1965.

Ciência E Tecnologia Tornaram O Brasil Um Dos Maiores Produtores Mundiais De Alimentos - Portal Embrapa. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/ciencia-e-tecnologia-tornaram-o-brasil-um-dos-maiores-produtores-mundiais-de-alimentos.>>. Acesso em: 7 Nov.2023

CLAPP, Jennifer. Hunger in the balance: The new politics of international food aid. Cornell University Press, 2012.

Consea. Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/consea>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

CUEVA, A. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina. São Paulo: Global, 1983. p. 212.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DIAS, Atos; SANTANA, Jenifer Queila. Sessenta anos do Programa Mundial de Alimentos: Uma análise histórica da política de assistência alimentar internacional. *Conjuntura Global*, v. 10, n. 2, 2021.

DURING, C. Food Conservation During WWI. Disponível em: <<https://togetherwewin.librarycompany.org/food-conservation-during-wwi-post/>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

EMBRAPA. Ciência e tecnologia tornaram o Brasil um dos maiores produtores mundiais de alimentos. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Parque Estação Biológica - PqEB, s/nº, Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/75085849/ciencia-e-tecnologia-tornaram-o-brasil-um-dos-maiores-produtores-mundiais-de-alimentos>> Acesso em: 26 de Agosto de 2023

Enciclopédia Jurídica da PUCSP. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/355/edicao-1/direitos-sociais-na-constituicao-de-1988:-breve-estudo-sobre-os-direitos-do-art.-6%C2%BA-da-consituicao-da-republica>>. Acesso em: 30 out. 2023.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA -ESAF CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA TRANSFERÊNCIA DE RENDA: Programa Bolsa Família e Cidadania MARLEY DURIEUX BRASÍLIA 2011.

FAO. Agricultura e segurança alimentar no Brasil. Brasília: FAO/Incrá, 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/%20brasil-em-resumo/pt/> . Acesso em: 20 de outubro de 2023.

FAO. Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP: diagnóstico de base. Roma: FAO, 2013. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i3348o/i3348o.pdf> . Acesso em: 20 de outubro de 2023.

FAO; FIDA; PMA. O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo: fortalecimento de um ambiente favorável para a segurança alimentar e nutrição. Roma: FAO, 2014.

FERNANDES, Arnaldo de Baena. A ação diplomática brasileira no Programa Mundial de Alimentos (PMA). Tese de doutorado submetida ao Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, LVIII Curso de Altos Estudos, janeiro de 2013.

FERNANDES, Gil Jiménez; ELIZABETH, Karla. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no acampamento Elizabeth Teixeira Limeira-SP: acesso, possibilidades e limitações. 2017.

FIDA. O FIDA em resumo. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Via Paolo di Dono, 44 - 00142 Roma, Itália, março de 2018.

Fome cresce no mundo e atinge 9,8% da população global. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/07/1794722>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

Fome cresce no mundo e atinge 9,8% da população global. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/07/1794722>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

Fome Zero: textos fundamentais / Frei Betto (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Fome Zero: Uma História Brasileira. Organizadora: Adriana Veiga Aranha. - Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria FomeZero, v. 1, 2010.

Fortini, Rosimere Miranda, 1993-Um novo retrato da agricultura familiar do semiárido nordestino brasileiro: a partir dos dados do censo agropecuário 2017 / Rosimere Miranda Fortini; coordenador Marcelo José Braga – Viçosa, MG: IPPDS, UFV, 2020.

FREITAS, MCS. Agonia da fome [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDUFBA, 2003.

GOV.BR. A trajetória do programa que tirou o Brasil do mapa da fome. Gov.br. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/a-trajetoria-do-programa-que-tirou-o-brasil-do-mapa-da-fome>.

GUEDES, Aline. RETORNO DO BRASIL AO MAPA DA FOME DA ONU PREOCUPA SENADORES E ESTUDIOSOS. Agência Senado, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos> . Acesso em: 26 de agosto de 2023

HAMANN, Eduarda Passarelli. RESENHA, Organizações internacionais: história e práticas. Rio de Janeiro, vol. 27, no 1, janeiro/junho 2005, pp. 217-224. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292005000100006> . Acesso em: 14 de setembro de 2023.

HARRIS, Marvin. Vacas, cerdos, guerras e brujas. Madrid: Alianza, 1982.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro; TABAK, Jana. Organizações internacionais: história e práticas. 2.ed. -Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

HIRAKURI, M. H., & LAZAROTTO, J. J. (2014). O agronegócio da soja nos contextos mundial e brasileiro. Londrina/PR: 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101749>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101760> . Acesso em: 20 de outubro de 2023.

IBGE. 10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave | Agência de Notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil - Determinantes Sociais da Saúde. Disponível em: <<https://dssbr.ensp.fiocruz.br/inseguranca-alimentar-e-covid-19-no-brasil/>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

Ipea - Instituto de O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança Pesquisa Econômica alimentar. Documento de Política no 14, Brasília, Ipea (mimeo). Aplicada 1993a. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11428/8/Cap04.pdf> . Acesso em: 09 de outubro de 2023.

Ipea - Instituto de Plano de combate à fome e à miséria: princípios, prioridades e mapa das ações Pesquisa Econômica de governo. Brasília, Ipea (mimeo). Aplicada, 1993b.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada / Carolina Maria de Jesus; 1914-1977, 10. ed. - São Paulo: Ática, 2014.

LEITE, Maria Laís dos Santos; LEITE, Jáder Ferreira. “(In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome.” *Revista Katálisis*, 2022.

LUCIANO, Christiane Dos Santos; CORREA, Pamela Barreto. A fome como projeto político da burguesia antinacional brasileira. R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 3, p. 478-487, set.-dez. 2022

LUCIANO, Christiane Dos Santos; CORREA, Pamela Barreto. A fome como projeto político da burguesia antinacional brasileira. R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 3, p. 478-487, set.-dez. 2022

MALUF, Renato S. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil - II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

MALUF, Renato; MENEZES, Francisco. Caderno segurança alimentar. Conferências do Fórum Social Mundial, 2000.

MARTINS, A. S.; OLIVEIRA, D. M. DE. Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo. Virgínia Fontes. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005, 328 p. Trabalho, Educação e Saúde, v. 5, n. 2, p. 385–385, jul. 2007.

MARTINS, C. E.; FILGUEIRAS, L. A. M. A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI. Caderno CRH, [S. l.], v. 31, n. 84, p. 445–449, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/30503>. Acesso em: 22 jun. 2023.

MARX, Karl. O método da economia política. In: FERNANDES, Florestan (Orgs.). Marx e Engels: história. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989b. p. 409-417. (Coleção Grandes Cientistas Sociais 36).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. In: FERNANDES, Florestan (Org.). Marx e Engels: história. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989a. p. 182-214. (Coleção Grandes Cientistas Sociais 36).

MIRANDA, Ary Carvalho de; MOREIRA, Josino Costa; CARVALHO, René de; PERES, Frederico. Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf>. . Acesso em: 04 de setembro de 2023.

MURPHY, N. Craig: INTERNATIONAL ORGANIZATION AND INDUSTRIAL CHANGE – Global Governance since 1850, Cambridge: Polity Press, 1994.

OLIVEIRA, Ariana Bazzano de. O FIM DA GUERRA FRIA E OS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL: O CONCEITO DE SEGURANÇA HUMANA. AURORA ano III número 5 - DEZEMBRO DE 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2009.v3n1.1221>. Acesso em: 23 jun. 2023.

ONU. Fome zero e agricultura sustentável: Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/2>. Acesso em: 18 de setembro de 2023.

PENSSAN, Rede. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil, 2022 | II VIGISAN | Suplemento I - Insegurança Alimentar nos estados. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf> . Acesso em: 26 de agosto de 2023

PEREIRA, L. M.; SILVA, M. DA. A IMPORTÂNCIA DA AJUDA HUMANITÁRIA AOS REFUGIADOS. Revista FIDES, v. 7, n. 1, 29 dez. 2017.

PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986

PINHEIRO, Marcos Jardim; FERNÁNDEZ, Virginia Laura. Teoria Marxista da Dependência e Sistema-Mundo—O Avanço do Agronegócio da Soja no Brasil. 2019

PIRES, M. F. C. Education and the historical and dialectical materialism. Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/RCh4LmpxDzXrLk6wFR4dmSD/?lan> . Acesso em: 14 de junho de 2023

PORFÍRIO, Francisco. "Marxismo"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescuela.uol.com.br/sociologia/conceitos-marxismo.htm>. Acesso em 13 de junho de 2023.

REDAÇÃO PRAGMATISMO. **52 países se inspiraram no modelo do Bolsa Família.** Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/01/52-paises-se-inspiraram-no-modelo-do-bolsa-familia.>>. Acesso em: 2 dez. 2023.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL. Olhe para fome. A fome e a insegurança alimentar avançam em todo o Brasil. [S.l.]. VOX Populi, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 7 nov. 2022.

REDE ODS BRASIL. Propostas para alcançar o ODS 1. Disponível em: <<https://www.redeodsbrasil.org/post/2018/07/03/propostas-para-alcancar-o-ods-1> >. Acesso em: 30 out. 2023.

Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

Ribeiro, Ney Rodrigo Lima. *Direito Fundamental Social à Alimentação: Análise com ênfase no Ordenamento Jurídico Brasileiro*. 2.ed- Belo Horizonte Editora Dialética, 2021.

RUBIO, Blanca. **De la crisis hegemónica y financiera a la crisis alimentaria: Impacto sobre el campo mexicano**. Vol. 21, Núm. 57, pp. 35-52. Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco México. Mayo-agosto, 2008.

Sampaio, Jr., P.S.A. “Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial”, in: *Revista Crítica e Sociedade*, Universidade Federal de Uberlândia, vol. 1, n. 3, 2011, jan 2012.

SANTOS, Ana Laura Diniz dos. *A Segurança Alimentar Em Função Da Alimentação Adequada E Saudável Sob A Ótica Do Direito Agrário*. PUC Goiás, 2021. Disponível em <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/1556>. Acesso em: 04 de setembro de 2023.

SANTOS, Ana Laura Diniz dos. *A segurança alimentar em função da alimentação adequada e saudável sob a ótica do direito agrário*. Escola de Direito e Relações Internacionais, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/1556>. Acesso em: 19 de setembro de 2023

SILVA, Sandro Pereira, *A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: Projetos, Descontinuidades e Consolidação*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf . Acesso em: 19 de setembro de 2023

Singer, Peter. *Ética prática*. São Paulo, Martins Fontes, 1994. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/403956/%C3%89tica+Pr%C3%A1tica+Peter+Singer.pdf>. Acesso em: 09 de outubro de 2023.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, n. 16, p. 20–45, jul. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003> . Acesso em: 20 de outubro de 2023.

STOKKE, Olav. *The UN and development: from aid to cooperation*. Indiana University Press, 2009.

Sustainable Development Goal 2: Fome zero e agricultura sustentável. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/2>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

Sustainable Development Goal 2: Fome zero e agricultura sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/2> . Acesso em: 7 nov. 2023.

TAKAGI, Maya. A implantação do Programa Fome Zero no governo Lula. In: BRASIL. Fome Zero: uma história brasileira. Brasília: MDS, 2010. v. 1.

TOGETHER WE WIN. Food Preservation During World War I. The Library Company of Philadelphia, 2016. Disponível em: <https://togetherwewin.librarycompany.org/food-conservation-during-wwi-post/> . Acesso em: 04 de outubro de 2023

Valente, Flávio L. S. et alii 'Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida: a luta e suas 1993 perspectivas'. Revista Município & Saúde, 2, pp. 15-25.

VASCONCELOS, F. DE A. G. DE. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 11, n. 2, p. 259–277, maio 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/bqShdWywp5qRdTHKQZN8DhG#> . Acesso em: 10 de outubro de 2023

VASCONCELOS, F.A.G., *et al.* Políticas públicas de alimentação e nutrição do Brasil: de Lula a Temer. *Rev. Nutr.* [online]. 2019, vol. 32. [viewed 22 May 2019]. DOI: [10.1590/1678-9865201932e180161](https://doi.org/10.1590/1678-9865201932e180161).

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. JOSUÉ DE CASTRO E A GEOGRAFIA DA FOME NO BRASIL. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, nov, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008001100027> . Acesso em: 30 de agosto de 2023

YASBEK, M. C. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 2, p. 104–112, abr. 2004.